



CONTAS DE GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2020

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

01 – INTRODUÇÃO

1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado	5
1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis	9
1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais	14

02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP 17

03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 31

04 – ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 43

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa	44
4.2. Créditos a Curto Prazo	46
4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	58
4.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	58
4.5 Estoques	59
4.6 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	59
4.7 Créditos a Longo Prazo	60
4.8 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	64
4.9 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	67
4.10 Estoques	67
4.11 Investimentos	68
4.12 Imobilizado	76
4.12.1 Bens Móveis	76
4.12.2 Bens Imóveis	78
4.13 Intangível	81
4.14 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	82
4.15 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	84
4.16 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	85
4.17 Obrigações Fiscais a Curto Prazo	86
4.18 Obrigações de Repartições a Outros Entes	86
4.19 Provisões a Curto Prazo	87
4.20 Demais Obrigações a Curto Prazo	88
4.21 Dívida Flutuante	92
4.22 Restos a Pagar	92
4.23 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	97
4.24 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	98
4.25 Fornecedores a Longo Prazo	99
4.26 Obrigações Fiscais a Longo Prazo	100

4.27 Provisões a Longo Prazo	100
4.28 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	101
4.29 Resultado Diferido	103
4.30 Patrimônio Líquido	104
4.31 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	106
4.31.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados.....	108
4.31.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	108
4.32 Resultado Patrimonial	109
4.33 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	112
4.34 Ativos e Passivos Contingentes	113
4.34.1 Passivos Contingentes.....	113
4.34.2 Ativos Contingentes	114
4.35 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial	114
4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	118
4.37 Resultado Orçamentário	119
4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário	123
4.39 Resultado da Execução Financeira.....	127
4.40 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro	131
4.41 Resultado dos Fluxos de Caixa.....	133
4.42 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	135
05 – LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	137
06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
07 – LISTA DE TABELAS	148
08 – LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	152

01 – Introdução

1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado

A Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à SUBCONT coordenar e normatizar os procedimentos contábeis dos atos e fatos da administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, orientando tecnicamente as Unidades de Contabilidade - UCT, supervisionando as atividades para padronização, racionalização e controle das ações.

É de sua competência também, elaborar, manter e aprimorar o plano de contas, os tipos, itens e operações patrimoniais a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.

Ainda nesse contexto, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado é responsável pela elaboração e divulgação da Prestação de Contas de Governo e do Balanço Geral do Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2020.

Quanto às Unidades de Contabilidade – UCT (denominada Assessoria de Contabilidade – ASSCON ou equivalentes), compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Certificar a regularidade da liquidação das despesas;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;
- Observar as instruções baixadas pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da SUBCONT e das UCT's são bastante distintas. Enquanto a SUBCONT tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as UCT's tem por competência a execução dessas atividades.

A estrutura Contábil do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2020 foi composta por 131 Unidades Gestoras, distribuída pelos seguintes tipos de Administração:

- * 35 órgãos da Administração Direta, compreendendo os Poderes, as Secretarias, dentre outras Unidades Gestoras especiais;
- * 40 Fundos;
- * 18 Autarquias;
- * 19 Fundações;
- * 06 Empresas Públicas e
- * 13 Sociedades de Economia Mista

Cabe mencionar também, que são evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por meio da equivalência patrimonial, pelos valores de suas respectivas participações, 04 Empresas Não Dependentes (CEDAE, CFSEC, IO e AGE-RIO) e 03 Empresas em Liquidação (DIVERJ, CELF, BD-RIO).

Com vistas a extrair com precisão os relatórios contábeis que integrarão a Prestação de Contas de Governo, assim como os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada a Portaria SUBCONT nº001 de 02 de Outubro de 2018, a qual revogou a Portaria CGE nº199 de 10 de Agosto de 2016, determinando às Assessorias de Contabilidade – ASSCON's a obrigatoriedade de emissão da Declaração Anual do Contador, a qual abrangerá as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) compostas pelas demonstrações enumeradas na Lei nº 4.320/1964 e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

A Declaração Anual do Contador deve ser encaminhada à SUBCONT em até 60 dias após o encerramento do exercício.

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
030100	TJ	TRIBUNAL DE JUSTICA
036100	FETJ	FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA
036300	FARCPN	FUNDO DE APOIO AOS REG. CIVIS PN ERJ
040100	SEPLANIG- Extinta	SEC. EST.DE INTEG.GOVERNAMENTAL - Extinta
045200	EMOP	EMPRESA DE OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DO RJ.
046500	FRSCPER	FDO.DE REGULACAO SERV.CONCED.PERMIT. DO ERJ
053100	IPEM	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RJ
060200	SUBSECMGSI	Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional
070200	CEDAE ACOES DESC.	CEDAE - ACOES DESCENTRALIZADAS
123100	IPERJ - Extinto	INST. DE PREV. DO ESTADO DO RJ - Extinto
123400	RIOPREVIDENCIA	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RJ.
123401	RIOPREVI-ALERJ	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - ALERJ
123402	RIOPREVI-TCE	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - TCE
123403	RIOPREVI-TJUSTICA	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - TJUSTICA
123404	RIOPREVI-EXECUTIVO	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - EXECUTIVO
123410	RIOPREVI-MP	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - MP
123411	RIOFUNDOPREVI-ALERJ	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-ALERJ
123412	RIOFUNDOPREVI-TCE	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-TCE
123413	RIOFUNDOPREVI-TJ	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-TJUSTICA
123414	RIOFUNDOPREVI-EXEC.	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-EXEC.
123420	RIOFUNDOPREVI-MP	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ -MP
123499	RIOFUNDOPREVI	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ
124100	CEPERJ	FUND CENTRO EST ESTAT PESQ E FORM SERVID PUB
124200	RJPREV	FUNDACAO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO ERJ
130100	SEAPPA	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
130200	FUNDEAGRO-RJ	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
130900	PROJ. RIO RURAL/GEF	SEAPPA - PROJETO RIO RURAL / GEF-SEP
133100	ITERJ	INST. DE TERRAS E CARTOGR. DO EST. RJ
134100	FIPERJ	FUNDACAO INSTITUTO DE PESCA DO EST. RJ
135300	EMATER-RIO	EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO RJ
135400	PESAGRO-RIO	EMPRESA PESQUISA AGROPECUARIA DO ESTADO DO RJ
137100	CASERJ	COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DO RJ
137200	CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RJ
144100	FENORTE - Em Extinção	FUNDACAO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - Em Extinção
154100	FUNARJ	FUND. ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RJ
154300	FTMRJ	FUND. TEATRO MUNICIPAL DO RJ
173100	SUDERJ	SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RJ
190100	SEHAB-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITACAO - Em Extinção
196100	FUNTERJ	FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
196200	FEHIS	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
197100	CEHAB	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ
200399	SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO
200900	SUBIFIN/SEFAZ	SUBSECRET. DE FINANÇAS - PGO CONCESSIONARIAS
203100	LOTERJ	LOTERIA DO EST. RIO DE JANEIRO
213600	PROCON	PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR
215300	SERVE	EMPRESA ESTADUAL DE VIACAO - EM LIQUIDACAO
217100	METRO	COMP.DO METROPOLITANO DO RJ EM LIQUIDACAO
217300	FLUMITRENS	COMP FLUMINENSE D/TRENS URBANOS-EM LIQUIDACAO
220200	FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL.
223200	JUCERJA	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
227100	CODIN	COMPANHIA DE DESENV INDUSTRIAL DO EST.DO RJ
230100	SEDHSP-GS - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS - Extinta
243100	IEEA	INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENH. E ARQUITETURA
243200	INEA	INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
244100	FEEMA - Em Extinção	FUNDACAO ESTADUAL DE ENG. DE MEIO AMBIENTE - Em Extinção
244200	IEF - Em Extinção	FUND. INST. ESTADUAL DE FLORESTAS - Em Extinção
244300	SERLA - Em Extinção	FUND. SUPER. EST. DE RIOS E LAGOAS - Em Extinção
246300	FUNDRHI	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
254100	FSCABRINI	FUNDACAO SANTA CABRINI
263100	DETRAN-RJ	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO
266100	ACADEPOL	FUNDO ESPECIAL DA ACADEPOL
266200	SECSP-FUNESPOL	FUNDO ESPECIAL DA POLICIA CIVIL - FUNESPOL
280100	SEJDC - Extinta	SEC.DE ESTADO DE JUSTICA DEFESA DO CONSUMIDOR - Extinta
293100	IASERJ	INSTITUTO DE ASSIST.DOS SERV. DO ESTADO DO RJ
294200	FSERJ	FUNDACAO SAUDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
300200	FUNRIO	FUNDO DE FOMENTO AO TRABALHO RENDA E CREDITO.
306100	FEFEPS	Fundo Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária
310100	SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
313300	DETRORJ	DEPT. DE TRANSP. RODOV. DO EST. RJ
316100	FUND.EST.TRANSPORTE	FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE
317100	CODERTE	COMP DE DESENV RODOV E TERMINAIS DO EST DO RJ
317200	CENTRAL	COMP EST DE ENGENHARIA DE TRANSPS E LOGISTICA
320100	SEASDH - Em Extinção	SEC.EST.DE ASSIST. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - Em Extinção
320200	SUBSEC.JUST/DIR.HUM - Em Extinção	SUBSECRETARIA DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - Em Extinção.
324200	F.L.XIII	FUNDACAO LEAO XIII
326400	FUPDE	FDO DE POLIT.INTEGR. PESS. PORT. DEFICIENCIA
350100	SEINPE-Extinta	SEC EST DE ENERGIA DA IND NAVAL E DO PETROLEO - Extinta
353100	DRM	DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS
370200	EGE-SEFAZ	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - REC.S/SUP. SEFAZ
370300	EGE-PREC.JUDICIAIS.	ENCARGOS GERAIS - PRECATORIOS JUDICIAIS/SEFAZ
403200	PRODERJ	PRODERJ-CENTRO DE TECNOL.DE INF.COMUN. ERJ
404100	FAPERJ	FUND.CARLOS CHAGAS FILHO DE AMP.A PESQUISA-RJ
404400	FAETEC	FUNDACAO APOIO A ESCOLA TECNICA ESTADO RJ.
404500	UENF	FUND.UNIV.EST.NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO.
404700	UEZO	FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITARIO ESTADUAL DA ZONA OESTE.
406100	FATEC	FUNDO DE APOIO AO DESENV. TECNOLOGICO-FATEC
420100	SEIJ - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO_INFANCIA E JUVENTUDE - Extinta
437100	TURISRIO	COMPANHIA DE TURISMO DO EST. RJ
444100	FUNDACAO CIDE - Extinta	FUNDACAO CENTRO INFORMACAO E DADOS DO EST. RJ - Extinta
450100	SEDRAP - Em Extinção	SECRETARIA DE EST. DESENV.REG.ABAST. E PESCA - Em Extinção
460100	SEC. ENV. QUAL.VIDA-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO ENVELH. QUALID. DE VIDA.-Em Extinção
476100	FEPROCON	FUNDO ESPEC.APOIO PROG. PROT/DEF.CONSUMIDOR
486100	FESPREN	FUNDO DE PREV. FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES
500100	CGE	Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
506100	FACI	FUNDO DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO
510100	SEPM	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
520100	SEPOL	SECRETARIA DE ESTADO DE POLICIA CIVIL
530100	SECID	SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES
540100	SERGB	Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília
550100	SEVIT	Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência
999900	TESOURO ESTADUAL	TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
999901	SUTES	SUTES
999902	SUCOMF	SUCOMF

Ainda no sentido de aprimorar as informações apresentadas, consoante o Decreto nº 46.566 de 01 de fevereiro de 2019, art. 20, §§ 3º e 4º, foi determinado aos órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundos Especiais que, dentro do prazo estabelecido para o bloqueio de cada mês, devem estar com as Validações Contábeis referentes às inconsistências regularizadas, sendo que a não observância implica em

suspensão automática no documento Nota de Empenho – NE do sistema SIAFE-Rio até a sua total regularização.

1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis

Com base nos dados extraídos do SIAFE-Rio são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas, por poder e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

- a. sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b. sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c. úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07 de 18 de Dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877 de 18 de Dezembro de 2018, além das Demonstrações Contábeis por Tipo de Administração e por Poder; as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis consolidadas e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

Nas demonstrações consolidadas de 2020, as transações INTRA-OFSS não foram totalmente eliminadas, devido à dificuldade na compatibilização das transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Neste Volume, os saldos intragovernamentais que foram eliminados quando da consolidação dos balanços estão apresentados no item 03 - Principais Práticas Contábeis.

O Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

De forma a complementar as informações, são apresentados no Volume 3 os demais Demonstrativos Contábeis e Relatórios Gerenciais, tais como: os anexos da Lei nº 4.320/64, Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa, Outorgas de Concessão, Execução de Restos a Pagar, Precatórios e Resultados Orçamentário e Primário.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:

Balanço Patrimonial – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo – Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante – Devem ser assim classificados quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Passivo – Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante – Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis

Patrimônio Líquido – Corresponde à participação residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit/ Déficit Financeiro – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Social e Capital Social - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Reservas de Capital - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.

Demais Reservas - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Participação de não Controladores - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Contas de Compensação – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanço Orçamentário – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Balanço Financeiro – Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – Contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais

O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2011 no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, implantando novos procedimentos de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante esse período, muito se avançou, e pode-se destacar a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª edição (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e a identificação e mensuração dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. Diversas rotinas já foram modificadas, em

consequência do reconhecimento de ativos e passivos pelo regime de competência, e outras ainda estão em processo de implantação.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23/09/2016 e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Dando sequência ao processo, a STN publicou a Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, e estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais). Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	

LEGENDA:

Implantado - O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e do MCASP vigentes.

Em implantação - Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

Não iniciado - Estudos ainda serão iniciados.

02 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

R\$ Mil

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2020	2019	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2020	2019	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	11.850.573	10.046.914	17,95	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.14	5.666.447	6.256.122	(9,43)
Créditos a Curto Prazo	4.2	19.034.800	3.392.134	461,15	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.15	38.943.605	34.778.674	11,98
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.3	-	24.733.906	(100,00)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.16	9.776.081	12.976.656	(24,66)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.4	2.312.451	1.839.989	25,68	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.17	880.499	867.982	1,44
Estoques	4.5	837.142	728.343	14,94	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.18	130.936	4.136	3.065,80
VPD Pagas Antecipadamente	4.6	6.054	1.980	205,69	Provisões a Curto Prazo	4.19	247.804	255.021	(2,83)
Total do Ativo Circulante		34.041.020	40.743.267	(16,45)	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.20	9.723.273	10.438.282	(6,85)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		50.141.705	47.137.050	6,37	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.23	4.882.939	3.692.415	32,24
Créditos a Longo Prazo	4.7	45.633.698	44.337.399	2,92	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.24	147.604.667	126.774.592	16,43
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.8	4.451.136	2.742.779	62,29	Fornecedores a Longo Prazo	4.25	1.947.090	1.428.846	36,27
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.9	473	473	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.26	867.837	1.113.716	(22,08)
Estoques	4.10	56.399	56.399	0,00	Provisões a Longo Prazo	4.27	4.524.192	20.754.360	(78,20)
Investimentos	4.11	11.771.089	12.432.639	(5,32)	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.28	9.480.716	8.860.412	7,00
Imobilizado	4.12	31.731.097	31.740.401	(0,03)	Resultado Diferido	4.29	10.997.364	10.999.312	(0,02)
Intangível	4.13	175.900	160.681	9,47	Total do Passivo Não-Circulante		180.304.806	173.623.652	3,85
Total do Ativo Não-Circulante		93.819.790	91.470.771	2,57	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
TOTAL DO ATIVO					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
		127.860.811	132.214.039	(3,29)			127.860.811	132.214.039	(3,29)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBS.: A linha Demais Créditos e Valores a Curto Prazo não existe na Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC - 04 / 2020 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, motivo pelo qual a conta 1.1.3.0.0.0.00 que estava configurada nesta linha no exercício de 2019 passou a ser configurada na linha Créditos a Curto Prazo no exercício de 2020.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

		R\$ Mil		
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2020	2019	AH(%)
ATIVO (I)				
ATIVO FINANCEIRO		15.698.116	13.212.463	18,81
ATIVO PERMANENTE		112.162.695	119.001.575	(5,75)
TOTAL ATIVO		127.860.811	132.214.038	(3,29)
PASSIVO (II)				
PASSIVO FINANCEIRO	42.4	18.037.988	21.729.280	(16,99)
PASSIVO PERMANENTE		228.226.997	217.878.872	4,75
TOTAL PASSIVO		246.264.985	239.608.152	2,78
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(118.404.174)	(107.394.114)	10,25

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBS.: As contas 63111.01.01 - RP Não Processados a Liquidar (R\$ 2.005) e 63171.01.01 - RP Não Processados a Liquidar - Inscrição no Exercício (R\$ 571.528), devem constar da linha Passivo Financeiro por representar um obrigação, conforme a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC -04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

		R\$ Mil		
ESPECIFICAÇÃO		2020	2019	AH(%)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				
Garantias e Contragarantias recebidas		77	77	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.513.727	1.524.611	(0,71)
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.513.804	1.524.688	(0,71)
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		95.408	78.949	20,85
Obrigações contratuais		50.353.353	47.733.123	5,49
Total dos Atos Potenciais Passivos		50.448.760	47.812.073	5,51

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019


R\$ Mil


FONTES DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		2020	2019
081	DDO - Depósitos de Diversas Origens	(822.140)	(822.097)
085	Fonte Genérica	57.220	61.301
089	GRE SEFAZ	335	-
100	Ordinários Provenientes de Impostos	(11.245.975)	(13.668.645)
101	Ordinários Não Provenientes de Impostos	(576.768)	(1.079.349)
102	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.	(50.228)	(56.815)
103	Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	207.315	95.260
104	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	1.768.993	807.777
105	Salário Educação	452.846	206.290
107	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(7.956)	(42.860)
108	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	64.208	(16.911)
111	Operações de Crédito	1.458.687	1.371.092
120	Ressarcimento de Pessoal	297.327	253.068
122	Adicional do ICMS - FECF	(1.824.146)	(2.199.170)
126	Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	509	3.616
132	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	22.108	8.329
133	Alienações de Bens	(49.200)	(97.933)
181	Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	-	-
188	Repasse constitucionais aos municípios.	3	4
189	Ingressos a Classificar	-	-
190	Depósitos Judiciais Tributários	49.021	49.021
191	Depósitos Judiciais não Tributários	363.228	363.228
192	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	13.266	13.266
193	Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.100	21.100
195	Operações Oficiais de Fomento	3.174	11.764
196	Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	367	-
198	Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.768	-
211	Operações de Crédito	-	-
212	Transferências Voluntárias	149.939	181.705
214	Transferências do PAC	52.999	51.363
215	Transferências do FUNDEB	108.479	34.896
218	Transferências Intraorçamentárias	91.842	122.113
223	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	4.173	(8.830)
224	Transferências Legais Recebidas da União	300.450	202.505
225	Sistema Único de Saúde - SUS	575.388	326.168
227	Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	968	-
230	Recursos Próprios	3.363.634	3.064.034
231	Recursos Próprios do Rioprevidência	67.441	279.343
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.269.131	1.173.736
233	Alienações de Bens	31.356	31.332
234	Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	912.121	468.712
237	Sistema de Proteção Social dos Militares	1.487	-
297	Conservação Ambiental	369.453	209.200
999	A definir	351	353
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(2.486.725)	(8.582.037)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074688/O-4


Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2020	AV%	2019	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.819.498	39,81%	59.908.527	13,94%	-3,49%
Contribuições	3.027.968	2,09%	3.045.536	0,71%	-0,58%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	585.708	0,40%	738.657	0,17%	-20,71%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.318.524	8,48%	15.000.887	3,49%	-17,88%
Transferências e Delegações Recebidas	27.286.798	18,79%	27.311.471	6,36%	-0,09%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.828.074	1,26%	297.288	0,07%	514,92%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	42.356.967	29,17%	323.435.056	75,26%	-86,90%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	145.223.538	100,00%	429.737.423	100,00%	-66,21%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	21.876.453	14,03%	21.001.311	4,82%	4,17%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.148.204	13,56%	20.961.045	4,81%	0,89%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.463.632	4,79%	8.901.894	2,04%	-16,16%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.643.692	18,37%	21.308.693	4,89%	34,42%
Transferências e Delegações Concedidas	32.199.817	20,65%	32.947.793	7,57%	-2,27%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	14.319.212	9,18%	179.766.116	41,28%	-92,03%
Tributárias	701.058	0,45%	729.706	0,17%	-3,93%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	18.766	0,01%	867	0,00%	2063,27%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.534.727	18,94%	149.816.623	34,41%	-80,29%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	155.905.560	100,00%	435.434.050	100,00%	-64,20%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(10.682.022)		(5.696.627)		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

OBS.1: Conforme Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC -05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, esta demonstração passou a apresentar as informações de forma sintética, desdobrando-se até o 2º nível do PCASP (pág. 07 do IPC), devendo ser acompanhada de notas explicativas.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronald Matias G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.257.703)	487.856	4.227.827	10.339	46.384	(78.671.469)	170.281	(106.986.486)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	752.761	-	752.761
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(1.298.802)	-	-	-	-	(1.298.802)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(10.682.022)	-	(10.682,022)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	-	-	-	471.563	-	471.563
Extinção de Unid. Gestora	(1.221)	-	-	-	-	4.430	-	3.209
Transf. de saldo de UG's Extintas para a UG 370400	-	-	-	-	-	(3.180)	-	(3.180)
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(69.684)	(69.684)
Saldos Finais	(33.258.925)	487.856	2.929.025	10.339	46.384	(88.127.918)	100.597	(117.812.641)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4



Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8



Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	71.339.608	66.950.296	66.967.585	17.289
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.233.200	35.683.255	36.565.487	882.231
Receita de Contribuições	7.123.240	7.123.240	5.638.656	(1.484.583)
Receita Patrimonial	14.451.852	11.566.607	11.778.022	211.415
Receita Agropecuária	160	160	8	(152)
Receita Industrial	91.705	91.705	22.422	(69.283)
Receita de Serviços	995.810	992.094	819.342	(172.752)
Transferências Correntes	7.735.063	8.968.201	9.290.255	322.054
Outras Receitas Correntes	2.708.578	2.525.034	2.853.393	328.359
Receitas de Capital (II)	1.264.211	1.194.019	182.135	(1.011.884)
Operações de Crédito	738.892	667.436	140	(667.297)
Alienação de Bens	60.050	60.050	-	(60.050)
Amortização de Empréstimos	80.562	81.825	114.314	32.489
Transferências de Capital	373.227	373.227	67.681	(305.546)
Outras Receitas de Capital	11.480	11.480	-	(11.480)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	72.603.819	68.144.315	67.149.719	(994.595)
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	72.603.819	68.144.315	67.149.719	(994.595)
Déficit (VI)	10.725.391	21.525.725	-	(21.525.725)
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.329.211	89.670.039	67.149.719	(22.520.320)
Saldos de Exercícios Anteriores	-	2.701.217	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	2.701.217	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

FONTE: Siafe-Rio / SEFAZ-RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	73.256.843	79.182.639	63.014.223	62.546.510	59.603.153	16.168.416
Pessoal e Encargos Sociais	47.832.535	52.577.677	43.799.761	43.783.048	41.432.691	8.777.915
Juros e Encargos da Dívida	2.125.072	2.160.898	385.351	385.351	385.074	1.775.547
Outras Despesas Correntes	23.299.235	24.444.065	18.829.111	18.378.112	17.785.389	5.614.954
Despesas de Capital (IX)	9.583.258	9.992.506	1.497.734	1.391.288	1.285.298	8.494.772
Investimentos	5.034.901	5.695.390	964.227	857.842	811.384	4.731.164
Inversões Financeiras	100.541	164.853	96.175	96.175	36.798	68.678
Amortização da Dívida	4.447.816	4.132.263	437.333	437.272	437.115	3.694.930
Reserva de Contingência (X)	482.947	481.277	-	-	-	481.277
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	83.323.048	89.656.422	64.511.957	63.937.798	60.888.451	25.144.465
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	6.163	13.618	13.618	13.618	13.618	-
Amortização da Dívida Interna	6	14	14	14	14	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	6	14	14	14	14	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	83.329.211	89.670.039	64.525.575	63.951.416	60.902.069	25.144.465
Superávit (XIV)	-	-	2.624.145	-	-	(2.624.145)
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	83.329.211	89.670.039	67.149.719	63.951.416	60.902.069	22.520.320
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

FONTE: Siafe-Rio / SEFAZ-RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBS.: A Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC - 07 / 2020 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário alterou a estrutura deste demonstrativo.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2020

R\$ Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
Despesas Correntes	3.776	334.176	195.837	194.069	140.131	3.752
Pessoal e Encargos Sociais	26	13.730	8.427	8.401	5.278	3.752
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	3.752
Outras Despesas Correntes	3.750	320.446	187.409	185.669	134.853	3.752
Despesas de Capital	13.681	59.671	44.820	43.082	8.649	21.621
Investimentos	13.681	59.671	44.820	43.082	8.649	3.752
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.458	393.848	240.656	237.151	148.781	25.373

FONTE: Siafe-Rio / SEFAZ-RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2020

R\$ Mil


RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
Despesas Correntes	12.843.218	3.905.165	3.961.619	2.524.978	10.261.785
Pessoal e Encargos Sociais	775.112	2.227.727	2.236.821	72.058	693.960
Juros e Encargos da Dívida	8	3	3	-	8
Outras Despesas Correntes	12.068.098	1.677.435	1.724.795	2.452.920	9.567.817
Despesas de Capital	1.303.899	128.784	99.895	807.805	524.983
Investimentos	1.295.514	125.678	96.305	801.719	523.167
Inversões Financeiras	7.423	3.058	3.584	6.086	811
Amortização da Dívida	963	49	6	-	1.005
TOTAL	14.147.117	4.033.949	4.061.514	3.332.783	10.786.768

FONTE: Siafe-Rio / SEFAZ-RJ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronaldo Matias G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

R\$ Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receita Orçamentária (I)	67.149.719	69.639.135	Despesa Orçamentária (VI)	64.525.575	66.951.046
Ordinária	40.674.256	37.998.728	Ordinária	39.538.947	36.603.816
Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	2.008.224	-	Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	2.008.056	-
Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	244.369	223.344	Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	237.746	191.688
GRE SEFAZ	386	-	Ordinários Não Provenientes de Impostos	622.918	969.010
Ordinários Não Provenientes de Impostos	783.263	1.103.066	Ordinários Provenientes de Impostos	29.038.771	28.013.160
Ordinários Provenientes de Impostos	29.372.904	28.274.858	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	1.987.946	977.030
Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	2.068.934	960.083	Recursos Próprios	1.811.864	2.023.984
Recursos Próprios	2.106.588	2.811.816	Ressarcimento de Pessoal	56.415	65.253
Ressarcimento de Pessoal	88.637	103.107	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.892.848	2.298.322
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.985.696	2.506.679	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.789.410	1.967.300
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.824.336	1.868.247	Transferências Legais Recebidas da União	92.974	98.068
Transferências Legais Recebidas da União	190.919	147.528			
Vinculada	26.475.464	31.640.407	Vinculada	24.986.628	30.347.230
Adicional do ICMS - FECP	3.440.248	4.051.592	Adicional do ICMS - FECP	3.273.221	4.002.532
Alienação de Bens	24	628	Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	105.526	-
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	106.494	-	Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	400.256	-
Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	411.024	-	Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	-	1.132.104
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	-	1.153.204	Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	428.754	933.093
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	689.258	1.468.023	Conservação Ambiental	1.486	356
Conservação Ambiental	167.594	118.990	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	416.591	353.792
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	428.323	443.606	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	27.517	26.409
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.411	29.740	Depósitos Judiciais Não Tributários	-	131.771
Operações de Crédito	335	61.661	Operações de Crédito	909	54.335
Operações Oficiais de Fomento	2.280	3.632	Operações Oficiais de Fomento	10.870	-
Receita própria do Rprovidência - Plano Previdenciário do RPPS	450.244	475.444	Receita própria do Rprovidência - Plano Previdenciário do RPPS	8.340	6.732
Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	-	9	Recursos Próprios do Rprovidência	15.141.401	19.179.167
Recursos Próprios do Rprovidência	14.958.333	19.195.111	Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	402.451	651.113
Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	531.313	545.242	Salário Educação	148.800	262.273
Salário Educação	392.577	331.997	Sistema de Proteção Social dos Militares	606.399	-
Sistema de Proteção Social dos Militares	607.886	-	Sistema Único de Saúde- SUS	990.908	549.969
Sistema Único de Saúde- SUS	1.221.260	785.188	Transferências do FUNDEB	2.786.549	2.799.703
Transferências do FUNDEB	2.860.133	2.751.459	Transferências do PAC	6.938	33.082
Transferências do PAC	8.590	20.544	Transferências Intraorçamentárias	82.261	74.454
Transferências Intraorçamentárias	49.055	92.187	Transferências Voluntárias	147.441	156.345
Transferências Voluntárias	126.083	112.150			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	179.032.527	149.657.930	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	179.038.139	147.678.886
DÍVIDA FLUTUANTE	34.615.628	36.575.540	DÍVIDA FLUTUANTE	34.271.171	35.537.533
Consignações	9.852.946	10.494.943	Consignação	9.100.703	9.518.684
Depósito de Diversas Origens	21.137.319	21.650.599	Depósitos de Diversas Origens	20.870.045	21.649.466
Credores - Entidade e Agentes	1.857	2.201	Credores - Entidades e Agentes	1.757	6.587
Restos a Pagar Processados - Inscrição	3.049.348	4.033.949	Restos a Pagar Processados	4.061.514	4.162.523
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	574.159	393.848	Restos a Pagar Não Processados	237.151	200.274
OUTRAS OPERAÇÕES	144.416.899	113.082.390	OUTRAS OPERAÇÕES	144.766.969	112.141.353
Valores em Trânsito Realizáveis	56.551.736	52.465.395	Valores em Trânsito Realizáveis	56.457.437	54.962.444
Recursos Vinculados	2.370	7.944	Recursos Vinculados	1.756	6.920
Incorporação Disponibilidade Financeira	-	4.290	Desincorporação Disponibilidade Financeira	62.901	43.721
Depósito de Diversas Origens	263.908	264.032	Incorporação de Obrigações	-	40
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	137.170	335.171	Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	55.915	199.461
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	33.615.807	5.584.642	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	534.468	912.494
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	1.475.052	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	5.681	26.212
Recursos a Ressarcir	-	1.500.000	Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	33.534.703	2.781.443
VPA a Classificar	53.842.300	51.126.167	Depósitos de Diversas Origens	268.230	263.042
Recursos a Receber - Arrestos e Sequestros Judiciais	-	319.261	VPA a Classificar	53.842.292	51.125.822
Tributos a Compensar	3.587	436	Recursos a Receber - Arrestos e Sequestros Judiciais	-	1.819.261
Extinção de UG	20	-	Tributos a Compensar	3.587	493
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	12.948.606	8.281.472	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	15.567.138	12.948.605
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.046.914	7.225.685	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.850.573	10.046.914
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.061.703	1.055.787	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.404.114	1.061.703
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.839.989	-	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.312.451	1.839.989
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	259.130.852	227.578.538	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	259.130.852	227.578.538

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


OBS.1.: Os valores R\$ 33.615.807 e R\$ 33.534.703 contidos nas linhas "Recursos a Liberar por Vinculação de pagamento", apresentada tanto na coluna dos INGRESSOS, quanto na coluna dos DISPÊNDIOS, estão bem superiores em relação ao exercício anterior, pois o SIAFE-Rio não estava considerando os registros à débito e à créditos do grupo de contas 2189240 efetuados em um mesmo documento de registro contábil, conforme mencionado no ticket do REDMINE nº 15.901.


Nestas mesmas linhas foram expurgados do lado dos INGRESSOS o total levado à crédito nas contas 2.1.8.9.2.40.02 e 2.1.8.9.2.40.03 no montante de R\$ 2.149.190 e no lado dos DISPÊNDIOS o total levado à débito no montante de R\$ 2.234.957. Para fins de melhor entendimento, a diferença entre estes dois montantes corresponde a mesma diferença que se pode apurar entre os valores contidos nas OBS.2. e OBS.3, pois aquelas são as contas contábeis de contrapartida.

OBS.2: Da coluna 2020, grupo "Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)", na linha "Caixa e Equivalente de Caixa" foi expurgado o saldo de inicial da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 673.397 e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 117.302, totalizando R\$ 790.699.

OBS.2: Da coluna 2020, grupo "Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)", na linha "Caixa e Equivalente de Caixa" foi expurgado o saldo de final da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 585.709 e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223, totalizando R\$ 704.932


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074688/O-4


Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2020 e 31/12/2019

R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2020	2019
INGRESSOS	185.218.757	154.604.005
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	36.565.487	35.712.832
Receita de Contribuições	5.638.656	7.094.820
Receita Patrimonial	11.618.967	13.213.245
Receita Agropecuária	8	3
Receita Industrial	22.422	33.647
Receita de Serviços	819.342	925.203
Remuneração das Disponibilidades	159.056	801.340
Transferências recebidas	9.357.936	7.048.098
Outras Receitas	2.853.393	4.083.888
Outros ingressos operacionais	118.183.492	85.690.930
DESEMBOLSOS	182.214.439	150.610.244
Pessoal e demais despesas	55.883.788	55.260.420
Juros e encargos da dívida	385.077	128.358
Transferências concedidas	7.616.757	9.598.676
Outros desembolsos operacionais	118.328.818	85.622.790
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	3.004.318	3.993.761

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2020	2019
INGRESSOS	114.314	400.949
Alienação de Bens	-	5.486
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	114.314	395.462
DESEMBOLSOS	864.374	1.102.064
Aquisição de Ativo Não Circulante	711.960	927.970
Concessão de empréstimos e financiamentos	11.658	392
Outros Desembolsos de Investimentos	140.757	173.702
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(750.060)	(701.115)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2020	2019
INGRESSOS	140	325.111
Operações de Crédito	140	54.998
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	228.066
Transferências de Capital Recebidas	-	42.047
DESEMBOLSOS	450.739	796.528
Amortização / Refinanciamento da Dívida	326.800	653.070
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	123.939	143.457
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	(450.599)	(471.416)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.803.659	2.821.230
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	10.046.914	7.225.685
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.850.573	10.046.914

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBS.1.: Os valores R\$ 118.183.492 e R\$ 118.328.818 contidos nas linhas "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" estão bem superiores em relação ao exercício anterior, pois o SIAFE-Rio não estava considerando os registros a débito e a créditos do grupo de contas **2189240** efetuados em um mesmo documento de registro contábil, conforme mencionado no ticket do REDMINE nº 15.901.

Na linha "Outros Ingressos Operacionais" foi expurgado o total levado à crédito nas contas 2.1.8.9.2.40.02 e 2.1.8.9.2.40.03 no montante de R\$ 2.149.190 e na linha "Outros Desembolsos Operacionais" foi expurgado o total levado à débito no montante de R\$ 2.234.957. Para fins de melhor entendimento, a diferença entre este dois montantes corresponde a mesma diferença que se pode apurar entre os valores contidos nas OBS.2. e OBS.3, pois aquelas são as contas contábeis de contrapartida.

OBS.2: Da linha "Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL" foi expurgado o saldo de inicial da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 673.397 e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 117.302, totalizando R\$ 790.699.

OBS.2: "Caixa e Equivalente de Caixa final" foi expurgado o saldo de final da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 585.709 e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223, totalizando R\$ 704.932

R\$ Mil

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2020	2019
Intergovernamentais	6.484.861	4.306.052
da União	6.401.820	4.244.931
de Estados e Distrito Federal	9	10.516
de Municípios	83.032	50.605
Intragovernamentais	0	-
Outras transferências correntes recebidas	2.873.075	2.742.046
Total das Transferências Recebidas	9.357.936	7.048.098
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2020	2019
Intergovernamentais	2.548.249	2.009.265
da União	189.137	688.848
de Municípios	2.359.112	1.320.417
Intragovernamentais	4.679.061	7.186.401
Outras transferências concedidas	389.447	403.010
Total das Transferências Concedidas	7.616.757	9.598.676

R\$ Mil


QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2020	2019
Legislativa	1.262.241	1.285.720
Judiciaria	3.874.240	3.936.299
Essencial a Justica	2.368.956	2.389.333
Administracao	2.762.512	3.515.673
Seguranca Publica	9.260.608	9.698.880
Assistencia Social	132.795	92.144
Previdencia Social	23.126.373	21.416.150
Saude	4.672.861	4.364.518
Trabalho	24.331	25.121
Educacao	5.477.861	5.792.565
Cultura	177.131	95.646
Direitos da Cidadania	219.442	81.197
Urbanismo	44.942	33.951
Habitacao	55.676	85.560
Saneamento	-	15.384
Gestao Ambiental	149.677	173.477
Ciencia e Tecnologia	258.562	201.909
Agricultura	302.513	293.144
Organizacao Agraria	9.209	9.711
Industria	51.616	54.753
Comercio e Servicos	153.734	246.102
Comunicacoes	22.998	8.328
Transporte	349.961	350.284
Desporto e Lazer	17.693	25.328
Encargos Especiais	1.107.854	1.069.242
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	55.883.788	55.260.420

R\$ Mil

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2020	2019
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	293.750	82.831
Outros Encargos da Dívida	91.326	45.526
Total dos Juros e Encargos da Dívida	385.077	128.358


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074688/O-4


Ronaldo Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

03 – Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.

A Subsecretaria de Patrimônio Imóvel da Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou à Subsecretaria de Contabilidade Geral as avaliações dos imóveis próprios estaduais extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento ao artigo 11, inciso VIII, letra a e b do Decreto Estadual nº 46.816 de 01/11/2019.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo, os bens móveis adquiridos a partir desta data passam a ser depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no Anexo I desta Portaria e atualizações posteriores, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, ficou estabelecido cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis.

O Sistema Patrimonial Único está em desenvolvimento, sendo assim, o cálculo da depreciação ainda é feito através de planilha em Excel, com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte dos usuários.

g) Intangível

Compreende o ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado, alterada pela Portaria CGE nº 201/2016. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis.

h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Conforme os ditames do Decreto de Encerramento do Exercício, a Procuradoria Geral do Estado deve encaminhar anualmente a esta Subsecretaria de Contabilidade Geral os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida, bem como o Relatório dos cálculos do Ajuste a Valor Recuperável, para fins de atualização dos registros contábeis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2020, exceto aqueles referentes ao exercício de 2015, cancelados por força do Decreto Estadual nº 47.341 de 03/11/20, do art. 8º, concordante com o Art. 206, § 5º, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Os Restos a Pagar Não Processados, em 2020, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes. Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 7º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2020 e os procedimentos operacionais solicitados através do SIAFE-Rio.

Quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2020, a Subsecretaria de Contabilidade Geral publicou a Portaria SUBCONT nº 011 de 11 de Fevereiro de 2021, aprovando as inscrições.

j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos (vide item 11, parte III, do Volume 1).

Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.

Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2020.

l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2020, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

n) Consolidação de Balanços

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridade dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.

Do saldo do “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, neste exercício, foram expurgados os saldos

INTRA. Cabe observar que no exercício anterior não foi efetuado este expurgo e foi motivo de determinação do TCE-RJ .

Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes das contas excluídas das referidas demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial:

A Parte I do quadro engloba os saldos ativos e passivos de Órgãos/Entidades intragovernamentais, que são eliminados com a finalidade de evitar duplicidades. Cabe destacar que foram realizados apenas os expurgos dos saldos das contas com atributo “Permanente”.

63

EXPURGOS INTRAGOVERNAMENTAIS

RS M1

PARTE I							
CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF IGUAIS = "P"							
Conta	ISF	Descrição	2020	Conta	ISF	Descrição	2020
1.1.1.1.2.20.02	P	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	585.709	2.1.8.9.2.40.02	P	RECURSOS BLOQUEADOS (A LIBERAR) POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	585.709
1.1.1.1.2.20.03	P	VALORES A RECEBER POR ARRESTO	119.223	2.1.8.9.2.40.03	P	RECURSOS A LIBERAR POR MANDADO DE ARRESTO	119.223
1.1.3.2.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RPPS A COMPENSAR	15.688	2.1.4.2.2.14.01	P	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RPPS A COMPENSAR - CIVIL	15.688
1.1.3.5.2.01.02	P	BLOQUEIOS BANCARIOS A RECEBER	2.075	2.1.8.9.2.01.07	P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - BLOQUEIO BANCÁRIO DE CONVÊNIOS	2.075
1.2.1.1.2.01.01	P	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER LP - INTRA OFSS	730.787	2.2.8.9.2.01.05	P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	730.787
1.2.1.1.2.09.01	P	CRÉDITO DE DUODÉCIMO A RECEBER	13.676	2.2.8.9.2.01.04	P	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	13.676
1.2.1.1.2.10.01	P	RECURSOS A RECEBER DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.327.645	2.2.8.9.2.01.13	P	RECURSOS A RESSARCIR DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.327.645
1.2.1.2.2.98.06	P	CREDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP A LONGO PRAZO	197.729	2.2.8.9.2.01.06	P	CREDORES ENTIDADES/AGENTES DO FDP NO LONGO PRAZO	197.729
1.2.1.2.2.98.07	P	VALORES A RECEBER BENS CEDIDOS	668	2.2.8.9.2.01.14	P	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	668
TOTAL DO ATIVO EXPURGADO			2.993.200	TOTAL DO PASSIVO EXPURGADO			2.993.200

Já a Parte II do quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.

EXPURGOS INVEST. AVALIADOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL / PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS

RS M2

Parte II					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2020	Conta	Descrição	2019
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	1.318.275	2.2.8.9.1.01.03	Perdas e Deságios em Investimentos	1.372.683
1.2.2.9.1.01.01	Ajustes para Perdas em Investimentos	(681.289)		Expurgos do PL das Sociedades Investidas	(634.769)
	Ajuste CEHAB	331	2.3.1.0.0.0.00	Patrimônio Social e Capital Social	10.212.028
			2.3.3.0.0.0.00	Reservas de Capital	1.908.752
			2.3.4.0.0.0.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	42.989
			2.3.5.0.0.0.00	Reservas de Lucros	14.764
			2.3.6.0.0.0.00	Demais Reservas	46.475
			2.3.7.0.0.0.00	Resultados Acumulados	(12.859.776)
				Resultado do exercício (VPA-VFD)	
				Participações Minoritárias	(100.597)
TOTAL		637.317			637.317

Fonte: SIAFE-Rio

Algumas contas já conciliadas não foram eliminadas do Balanço Patrimonial, pois seus atributos diferem entre Financeiro e Permanente. Este expurgo comprometeria a correspondência dos saldos apresentados nos anexos do Balanço Patrimonial (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial), tendo em vista que somente o Balanço Patrimonial é apresentado através de saldos das contas patrimoniais enquanto os outros são executados através de contas patrimoniais e de controle. Segue o quadro com as devidas contas conciliadas e não expurgadas no exercício de 2020.

Quadro das Contas Conciliadas e não Expurgadas

Quadro das Contas Conciliadas e não Expurgadas

RS M2

CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF DIFERENTES = (AF - PP) E (AP - PF)							
Conta	ISF	Descrição	2020	Conta	ISF	Descrição	2020
1.1.1.1.2.20.01	F	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	130.479,88	2.1.8.9.2.40.01	P	RECURSOS A LIBERAR POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	143.369,36
1.1.1.1.2.20.06	F	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A LIBERAÇÃO	12.889,48				
1.1.2.3.2.04.02	P	ADIANTAMENTO A ORGAOS - PRECATORIOS	581.719,61	2.1.8.9.2.01.08	F/P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - PRECATORIO	581.719,61
1.1.3.5.2.01.01	P	DEPOSITOS E CAUCOES	199,54	2.1.8.8.2.04.01	F	DEPOSITOS E CAUCOES	199,54
1.1.3.8.2.01.28	P	VALORES A RECEBER EC Nº 93/2016 - DRE	16.096,49	2.1.8.9.2.01.11	F	VALORES A PAGAR EC Nº 93/2016 - DRE	16.096,49
1.1.2.1.2.01.01	P	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	26.131,03	2.1.8.9.2.01.01	F/P	CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	26.131,03
1.1.2.3.2.04.01	P	CONTRIBUICAO P/FUNDO DE SAUDE MILITAR	194.378,44	2.1.1.4.2.01.01	F/P	CONTRIB PATRONAL - FUNDO DE SAUDE/INTRA	194.378,44
1.1.3.8.2.01.14	P	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO - SPSM	243.641,48	2.1.8.8.2.99.01	F	RETENÇÃO SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS - SPSM	243.641,48
1.1.3.8.2.01.32	P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS A RECEBER	21.105,60	2.1.8.9.2.01.16	F/P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS AO RIOPREVIDÊNCIA	21.105,60
		TOTAL	1.226.642			TOTAL	1.226.642

Neste contexto, as análises seguem em desenvolvimento, inclusive com relação às diferenças de atributos entre as contas. Os quadros a seguir evidenciam o andamento das análises:

Quadro das Contas em Conciliação

Quadro das Contas em Conciliação

R\$ Mil

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - CONCILIANDO							
Conta	ISF	Descrição	2020	Conta	ISF	Descrição	2020
1.1.2.3.2.02.03	P	PATRONAL PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL	22.343	2.1.1.4.2.01.03	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL-RPPS PLANO PREVIDEN	21.566
1.1.2.3.2.02.07	P	PATRONAL - PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	2.449	2.1.1.4.2.01.05	F/P	RPPS - PLANO PREV 5/13 SALARIO	3.863
1.1.2.3.2.02.01	P	PATRONAL - ATIVO CIVIL	232.242	2.1.1.4.2.01.02	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL - RPPS PLANO FINANCEIRO	218.131
1.1.2.3.2.02.02	P	PATRONAL - ATIVO MILITAR	45	2.1.1.4.2.01.04	F/P	RPPS S/13. SALARIO	29.355
1.1.2.3.2.02.05	P	PATRONAL - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	27.218				
1.1.2.3.2.02.06	P	PATRONAL - ATIVO MILITAR - 13º SALÁRIO	2.183				
1.1.3.8.2.01.11	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES A RECEBER - INTRA	9	2.1.8.9.2.03.01	F/P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	109.426
1.1.2.4.2.01.01	P	DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	108.592				
1.2.1.1.2.03.01	P	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	89.231	2.2.8.9.2.03.01	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	87.242
1.2.1.2.2.98.01	P	CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS	1.679.360	2.2.2.3.2.99.01	P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	1.679.360
				2.1.2.3.2.99.01	F/P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	5
TOTAL ATIVO INTRA			2.163.671	TOTAL PASSIVO INTRA			2.148.949

Quadro das Contas a Conciliar

Quadro das Contas a Conciliar

R\$ Mil

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - A CONCILIAR							
Conta	ISF	Descrição	2020	Conta	ISF	Descrição	2020
1.1.2.3.2.09.01	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 32.532/02	32.964	2.1.1.1.2.01.01	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 32.532/02	4.150
1.1.2.3.2.09.02	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 41.687/09	251.346	2.1.1.1.2.01.02	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 41.687/09	11.732
1.1.2.3.2.09.03	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 42.791/11	106.078	2.1.1.1.2.01.03	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 42.791/11	2.786
				2.1.1.1.2.02.01	F/P	PESSOAL A PAGAR - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	134.005
1.1.2.2.2.01.01	P	DUPLICATAS A RECEBER - POR ANO/MES	362.562	2.1.3.1.2.01.01	F/P	CREDORES INTRAGOVERNAMENTAIS	149.963
1.1.3.3.2.01.01	P	CONCESSOES A RECEBER	850	2.1.3.1.2.12.01	F/P	FORNECEDORES E CREDORES - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	0
1.1.3.3.2.01.02	P	PERMISSIONARIOS INTRA	144	2.1.8.9.2.01.02	F/P	OBRIGACOES C/ORGaos E ENTIDADES ESTADUAIS	33.336
1.1.3.8.2.01.05	P	CREDITOS DE ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS	114.972				
1.1.3.8.2.01.07	P	CREDA RECEBP/COMPENSAÇÃO PASSIVO AMBIENTA	1.130	2.1.8.9.2.01.05	P	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BERJ	370
1.1.3.8.2.01.25	P	ALUGUEIS A RECEBER - POR ANO/MES	9.360	2.1.8.9.2.01.06	P	OBRIGACOES PELA COMPENSAÇÃO BERJ	72
1.1.3.8.2.01.03	P	CREDITOS A RECEBER PELA COMPENSAÇÃO BERJ	463.892	2.1.8.9.2.02.01	F/P	OBRIGACOES P/CONVENIOS RECEBIDOS	1.386
				2.1.8.5.2.02.01	F/P	DIVIDENDOS A DISTRIBUIR TERCEIROS - INTRA OFSS	1
TOTAL ATIVO INTRA			1.343.299	TOTAL PASSIVO INTRA			337.799

Quadro da Evolução das Conciliações

R\$ Mil

Ativo X Passivo Intra	2020		2019	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Ativo Intra - Conciliado	4.219.841	63%	6.204.354	84%
Passivo Intra - Conciliado	4.219.841		6.204.354	
Diferença	-		-	
Ativo Intra - Conciliando	2.163.671	32%	775.047	10%
Passivo Intra - Conciliando	2.148.949		761.441	
Diferença	14.722		13.606	
Ativo Intra - A Conciliar	1.343.299	5%	1.312.682	6%
Passivo Intra - A Conciliar	337.799		447.329	
Diferença	1.005.500		865.353	
TOTAL ATIVO	7.726.811		8.292.083	
TOTAL PASSIVO	6.706.589		7.413.124	
DIFERENÇA TOTAL	1.020.221		878.960	

Quadro das Contas de Compensação

O Quadro das Contas de Compensação, anexo do Balanço Patrimonial, esta configurado para constar somente as contas contábeis dos grupos 8111, 8112, 8113, 8119, 8121, 8122, 8123 e 8129 que possuem a palavra “a executar” em seu título.

Demonstração das Variações Patrimoniais:

As exclusões efetuadas na Demonstração das Variações Patrimoniais somam R\$ 65.135.689 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2020	Conta	Descrição	2020
421120101	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT/CIVIL - RPPS	2.441.044	312120101	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.441.044
421120102	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR - RPPS	2.183	312120102	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL MILITAR	4.190
421129901	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	88.152	312920101	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	86.146
421120103	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	204.926	312120103	CONTRIBUIC PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	204.926
433120699	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	426.918	332323701	GESTAO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	426.918
443920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	313.349	343920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	313.349
451120101	COTA RECEBIDA	30.713.556	351120101	COTA CONCEDIDA	30.713.556
451120201	REPASSE RECEBIDO	12.818.153	351120201	REPASSE CONCEDIDO	12.818.153
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	21.839	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	21.839
451120601	CREDITOS ENVIADOS	388.787	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	388.787
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	144.622	351120701	DEBITOS ENVIADOS	144.622
451220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	48	351220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	48
451220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	477.214	351220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	477.214
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	965.296	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	965.296
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	5.105.984	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	5.105.984
451220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	3.134.147	351220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	3.134.147
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.252.199	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.252.199
451220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	160.998	351220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	160.998
451220201	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	205.450	351220201	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	205.450
451220204	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	38.150	351220204	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	38.150
451220209	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	11.605	351220209	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	11.605
451220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	20	351220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	20
451220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	52.618	351220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	52.618
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	5.613.048	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	5.613.048
464020104	GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - RPP - INTRA OFSS	25	365020101	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTRA OFSS	25
464020103	OBRIGACÕES COM ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	555.357	365020103	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	555.357
TOTAL		65.135.689	TOTAL		65.135.689

Fontes: SIAFE-Rio

Balanço Financeiro / Demonstração do Fluxo de Caixa:

As exclusões das transferências intragovernamentais foram efetuadas no Balanço Financeiro e na DFC no mesmo montante, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

RS M\$

Ingressos			Despêndios		
Conta	Descrição	2019	Conta	Descrição	2019
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	30.900.526.266,78	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	30.900.526.266,78
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	18.192.491.485,08	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	18.192.491.485,08
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	18.580.733,43	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.580.733,43
4.5.1.1.2.06.01	CREDITOS ENVIADOS	373.202.311,80	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	373.202.311,80
4.5.1.1.2.07.01	DÉBITOS RECEBIDOS	132.325.813,47	3.5.1.1.2.07.01	DEBITOS ENVIADOS	132.325.813,47
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	17.314,84	3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17.314,84
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANC.	1.175.032.496,88	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANC.	1.175.032.496,88
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	4.840.188.305,19	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	4.840.188.305,19
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.203.719,44	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.203.719,44
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSF. FINANC. RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENT.	9.430.838,21	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSF. FINANC. CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENT.	9.430.838,21
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011.306,46	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011.306,46
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		61.205.010.592	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		61.205.010.592

Fonte: SIAFE-Rio

Balanco Orçamentário

Conforme descrito na “Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balanco Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas “INTRAs” quando da elaboração do Consolidado, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

o) PCASP - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrados a seguir:

5º Nível – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	O Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 7ª Edição

04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	R\$ Mil					
	2020	AV %	2019	AV %	AH %	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.850.573	100,00%	10.046.914	100,00%	17,95%	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	11.707.204	98,79%	9.984.650	99,38%	17,25%	
Caixa	3	0,00%	4	0,00%	-10,48%	
Conta Única	360.506	3,08%	277.827	2,78%	29,76%	
Conta Única RPPS	55.913	0,48%	88.487	0,89%	0,00%	
Bancos	1.507.318	12,88%	1.371.871	13,74%	9,87%	
Rede Bancária - Arrecadação	6	0,00%	6	0,00%	0,00%	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.783.458	83,57%	8.246.455	82,59%	18,64%	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	143.369	1,21%	62.265	0,62%	130,26%	
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	143.369	100,00%	62.265	100,00%	130,26%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2020/2019)

Em 2020, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 11.850.573 mil. Na comparação com o exercício de 2019, verifica-se um acréscimo de 17,95%.

Na conta Bancos, os valores mais relevantes do grupo (representando 83,92%) estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 001.1 – Bancos
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2020

	R\$ Mil	
Detalhamento por Unidade Gestora	2020	AV %
Bancos	1.507.318	100,00%
Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	411.597	27,31%
Fundo Estadual de Saúde	286.375	19,00%
Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro	260.271	17,27%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	165.595	10,99%
Encargos Gerais do Estado	50.759	3,37%
Junta Comercial do Estado	50.746	3,37%
Fundação Saúde do Estado	39.572	2,63%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2020/2019)

A conta Rede Bancária - Arrecadação registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

A conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata é composta majoritariamente pela Poupança e pelos Fundos de Investimento e representa 83,57% do total do grupo Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidação.

Dentro de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, o saldo de maior representatividade é a rubrica de Fundos de Investimento (96,41%), que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 7.950.404 mil em 2019 e apresenta em 2020 o valor de R\$ 9.492.715 mil.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais relevantes (representando 78,43%) demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2020

Detalhamento por Unidade Gestora	R\$ Mil	
	2020	AV %
Fundos de Investimentos	9.492.715	100,00%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	2.383.179	25,11%
Secretaria de Estado de Educação	1.145.726	12,07%
Tribunal de Justiça	1.131.208	11,92%
Fundo Estadual de Saúde	957.447	10,09%
Fundo Especial do Tribunal de Justiça	915.659	9,65%
Fundo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	501.657	5,28%
Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	410.260	4,32%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2020/2019)

Os Recursos Vinculados se referem integralmente a depósitos à disposição do Judiciário para pagamento de precatórios.

A conta Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por limite de saque sujeito à programação financeira e valores a receber por arresto.

Os valores a receber por arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro, guardando correspondência com uma conta de passivo contabilizada no Tesouro Estadual.

4.2. Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Em 2020, com o objetivo de readequar a apresentação do Balanço Patrimonial conforme a IPC 04, foi incluída na rubrica “Créditos de Curto Prazo” o grupo de contas “113”, que ficava classificado como “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (pois este grupo de contas não existe no IPC 04).

Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	19.034.800	100,00%	3.392.134	100,00%	461,15%
Créditos Tributários a Receber	26.131	0,14%	382.652	11,28%	-93,17%
Clientes	406.066	2,13%	425.986	12,56%	-4,68%
Créditos de Transferências a Receber	1.878.131	9,87%	1.648.213	48,59%	13,95%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	363.979	1,91%	505.974	14,92%	-28,06%
Dívida Ativa Tributária	215.081	1,13%	386.126	11,38%	-44,30%
Dívida Ativa Não Tributária	47.529	0,25%	51.267	1,51%	-7,29%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(8.481,55)	-0,04%	(8.084,93)	-0,24%	4,91%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	16.106.365	84,62%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

O saldo da conta de Créditos Tributários a Receber está composto integralmente por créditos tributários INTRA OFSS, registrado no Rioprevidência, tendo como contrapartida a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado do Rio de Janeiro.

Na consolidação de 2020 (assim como em 2019), como os ativos permanentes não coincidiram com os passivos permanentes, estas operações INTRAs não foram expurgadas.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

O saldo da conta de Clientes está registrado em sua maioria no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento esolológico – FATEC no montante de R\$ 212.602 mil e na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 83.559 mil.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Essa rubrica representa 9,87% dos Créditos a Curto Prazo, sendo grande parcela referente ao Tesouro no valor de R\$ 581.013, ao Rioprevidência no valor de R\$ 464.759 mil, à Polícia Militar no valor de R\$ 230.593 e à Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no valor de R\$ 154.483 mil ao final de 2020.

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos, majoritariamente registrados no Fundo de Fomento ao Trabalho, Renda e Crédito no montante de R\$ 215.081 mil, na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB no montante de R\$ 170.161 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 108.592 mil.

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.7 “B” deste Relatório.

F) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber. É composta integralmente pela conta Perdas Estimadas em Cliente Faturas/Duplicatas a Receber e está registrada na Central de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 5.965 mil, na Companhia Estadual de Habitação do RJ – CEHAB no montante de R\$ 1.213 mil, na Companhia de Transporte sobre Trilhos do ERJ – RIOTRILHOS no montante de R\$ 706 mil e na Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 598 mil.

4.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 002.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	16.106.365	100,00%	24.733.906	100,00%	-34,88%
Adiantamentos Concedidos	4.899.693	30,42%	4.387.701	17,74%	11,67%
Tributos a Recuperar / Compensar	9.922	0,06%	9.034	0,04%	9,84%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	47.456	0,29%	56.047	0,23%	-15,33%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.721.657	10,69%	1.675.921	6,78%	2,73%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.402.039	8,70%	1.059.627	4,28%	32,31%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	10.184.379	63,23%	19.704.358	79,67%	-48,31%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.158.781)	-13,40%	(2.158.781)	-8,73%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Conforme mencionado no item 4.3, esta rubrica, que era composta pelos saldos das conta contábeis do grupo 113, passou a compor em 2020 a linha “**Créditos a Curto Prazo**”, que passou a ser composta pelas contas contábeis do grupo 112 e 113.

Este quadro foi criado apenas para fins de comparação com exercício anterior, pois com a transferência para a linha do balanço “**Créditos a Curto Prazo**”, o exercício anterior não apresenta saldo.

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Esta rubrica está composta em sua maioria por concessões em regime de desembolso descentralizado, totalizando o valor de R\$ 3.997.279 mil. A Secretaria de Estado de Educação apresentou um montante significativo de R\$ 2.939.459 mil.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

Em 2020, o valor de R\$ 15.688 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS, foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

O saldo remanescente desta conta, em 2020, é composto por transações INTER-OFSS com a União, no montante de R\$ 9.922 mil. Este saldo é composto por valores a compensar referentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, Contribuições Previdenciárias e IRRF a compensar.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

As Unidades Gestoras com valores mais relevantes são: Centrais de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 17.208 mil, Fundo Especial Penitenciário no montante de R\$ 10.584 mil, Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 7.443 mil e Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 6.162 mil.

D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Tabela 002.1.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.721.657	100,00%	1.675.921	100,00%	2,73%
Pagamentos Indevidos	115.782	6,73%	108.878	6,50%	6,34%
Desvio/Extravio de Bens	32.525	1,89%	32.267	1,93%	0,80%
Desfalques ou Desvios	5.446	0,32%	4.204	0,25%	29,56%
Responsáveis por Danos	308.563	17,92%	269.422	16,08%	14,53%
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Pagamentos sem Empenho	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Falta de Licitação	10.160	0,59%	10.900	0,65%	-6,79%
Por Adiantamentos Concedidos	158	0,01%	157	0,01%	0,61%
Ausência de Outras Prestações de Contas	71.500	4,15%	71.689	4,28%	-0,26%
Multas e Juros	26	0,00%	26	0,00%	0,00%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	815.494	47,37%	812.147	48,46%	0,41%
Pela Ocorrência de Sinistros	19	0,00%	19	0,00%	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio - Credores por Acordo	3	0,00%	-	0,00%	100,00%
Outras Responsabilidades	361.966	21,02%	366.199	21,85%	-1,16%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 2,73% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.675.921 mil em 2019 para R\$ 1.721.657 mil em 2020.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 815.494 mil, constituindo 47,37% do grupo. Deste montante, os saldos mais representativos são: R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ e R\$ 292.554 mil pertencem à Secretaria de Estado de Saúde. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 83,56% do total do grupo.

As Outras Responsabilidades também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 361.966 mil, que constitui 21,02% do grupo de créditos por danos ao patrimônio. Deste total, R\$ 227.613 pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ e R\$ 70.237 à Secretaria Estadual de Educação. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 82,29% do total.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Tabela 002.1.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.402.039	100,00%	1.059.627	100,00%	32,31%
Depósitos e Cauções	335	0,02%	333	0,03%	0,68%
Depósitos Judiciais	141.762	10,11%	141.677	13,37%	0,06%
Depósitos Recursais	2.720	0,19%	2.192	0,21%	24,04%
Bloqueios Bancários	367.066	26,18%	351.341	33,16%	4,48%
Cauções Contratuais	5.236	0,37%	5.236	0,49%	0,00%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	1.947	0,14%	1.947	0,18%	-0,01%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	3,36%	47.085	4,44%	0,00%
Bloqueios Bancários Sequestrados	79	0,01%	412	0,04%	-80,73%
Outros Depósitos	58	0,00%	58	0,01%	0,00%
Conta Especial Precatórios	835.750	59,61%	509.345	48,07%	64,08%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Esta rubrica apresentou um acréscimo de 32,31% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 1.059.627 mil em 2019 para R\$ 1.402.039 mil em 2020.

O saldo da Conta Especial Precatórios tem uma representatividade significativa em relação ao grupo, representando 59,61% do total. O valor de R\$ 835.750 mil está registrado em sua integralidade na unidade gestora Encargos Gerais – Precatórios Judiciais/SEFAZ.

O saldo de Bloqueios Bancários apresenta uma representatividade de 26,18% no grupo, somando o valor de R\$ 367.066 mil. O valor mais significativo encontra-se registrado no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 269.469 mil.

Já o saldo de Bloqueios Bancários a Receber - INTRA OFSS presente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, registrados no valor de R\$ 2.075 mil, foi eliminado do quadro acima para fins de consolidação.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

Tabela 002.1.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	10.184.379	100,00%	19.704.358	100,00%	-48,31%
Outros Créditos a Receber	6.702.772	65,81%	16.340.114	82,93%	-58,98%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	3.841.555	57,31%	3.597.819	22,02%	6,77%
Restos a Receber	41.104	0,61%	41.104	0,25%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.401	0,02%	1.266	0,01%	10,70%
Royalties do Petróleo a Receber	-	0,00%	9.780.279	59,85%	-100,00%
Cheques Devolvidos em Cobrança	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Taxas e Multas a Receber	40.957	0,61%	36.851	0,23%	11,14%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,03%	2.124	0,01%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	123.392	1,84%	119.099	0,73%	3,60%
Cotas Financeiras a Receber	161.648	2,41%	233.598	1,43%	-30,80%
Créditos a Receber de Promissários	320	0,00%	320	0,00%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,01%	804	0,00%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	71.306	1,06%	74.876	0,46%	-4,77%
Agentes Devedores Diversos	1.102	0,02%	1.102	0,01%	0,00%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,04%	2.552	0,02%	0,00%
Aluguéis a Receber	34.450	0,51%	22.846	0,14%	50,80%
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.485	0,07%	4.448	0,03%	0,82%
Repasses Previdenciários RPPS Consolidação	581	0,01%	581	0,00%	0,00%
Fluxo do Fundes - Decreto 40155 / 2006	-	0,00%	8.718	0,05%	-100,00%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	14.565	0,22%	26.527	0,16%	-45,09%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	8.269	0,12%	8.905	0,05%	-7,14%
Valores em Trânsito - Precatórios	149.934	2,24%	174.074	1,07%	-13,87%
Demais Créditos a Receber	2.202.208	32,86%	2.202.208	13,48%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.221.831	12,00%	1.316.308	6,68%	-7,18%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	700	0,01%	538	0,00%	30,19%
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesa de Terceiros	14.379	0,14%	13.448	0,07%	6,92%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	288.958	2,84%	365.969	1,86%	-21,04%
Dividendos Propostos a Receber	54.551	0,54%	85.880	0,44%	-36,48%
Créditos Intragovernamentais	870.207	8,54%	630.750	3,20%	37,96%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	1.030.980	10,12%	951.352	4,83%	8,37%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O total desta rubrica ao final de 2020 soma R\$ 10.184.379 mil. Em relação ao ano de 2019, apresentou um decréscimo de 48,31%.

Nesta conta, estão registrados outros créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; royalties do petróleo a receber; cotas financeiras a receber; valores em trânsito realizáveis; entre outros.

Seguem abaixo os comentários dos valores mais relevantes do grupo:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um acréscimo de 6,77% em relação ao exercício anterior, uma diferença no montante de R\$ 243.736 mil. Este saldo refere-se em grande parte ao valor do subsídio do BILHETE UNICO instituído pela Lei 5.628 de 29/12/2009, com base no convênio 001/10, entre a Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR com recursos do Fundo Estadual de Transporte – FET.

ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da Administração Direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Os Royalties do Petróleo representam os recursos a receber que são calculados em função do volume de petróleo produzido e esses valores estão incorporados ao patrimônio do Rioprevidência, de acordo com o Decreto nº 42.011 de 28 de Agosto de 2009.

Porém, por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo, o saldo de royalties a receber foram baixados seus respectivos valores do balanço patrimonial no exercício de 2019.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os Demais Créditos a Receber representam 32,86% do total do grupo Outros Créditos a Receber. A maior parte deste saldo pertence ao Rioprevidência, no montante de R\$ 2.150.631 mil, referentes aos direitos inscritos em dívida ativa, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme Determinação do TCE-RJ nº 41/2013, Proc. Nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

O saldo, em sua maioria, é referente aos valores a conciliar no montante de R\$ 501.223 mil, ao aporte de recursos para regularização de pagamentos – mandado de arresto no montante de R\$ 229.640, ao mandado de arresto no montante de R\$ 224.296 mil e aos valores de pagamentos a conciliar no montante de R\$ 102.418 mil.

Cabe informar que não deveriam existir saldos nestas contas transitórias, por isso existem as equações de inconsistências contábeis (Validações Contábeis / LISCONTIR), que apontam a necessidade de análise e regularização das mesmas.

DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado no montante de R\$ 54.551 mil, representam a parcela que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE.

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

Tabela 002.1.3.1 – Créditos Intragovernamentais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	870.207	100,00%	630.750	100,00%	37,96%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	463.892	53,31%	463.892	73,55%	0,00%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	13,21%	114.972	18,23%	0,00%
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,13%	1.130	0,18%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	9	0,00%	25.033	3,97%	-99,96%
Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento - SPSM	243.641	28,00%	-	0,00%	100,00%
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	9.360	1,08%	9.134	1,45%	2,48%
Valores a Receber Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	-	0,00%	312	0,05%	-100,00%
Valores a Receber EC nº 93/2016 - DRE	16.096	1,85%	16.277	2,58%	-1,11%
Restituição de Participações Especiais a Receber	21.106	2,43%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos, no entanto o corpo técnico de Contabilidade continua juntando esforços para aperfeiçoar o processo de consolidação dos saldos.

Este grupo apresentou uma variação positiva de 37,96%. A rubrica Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento - SPSM que contribuiu com a maior parte para esta variação. Este acréscimo, no montante de R\$ 243.641 mil, foi resultado de retenções registradas no Rioprevidência em relação as Receitas do Sistema de Proteção Social dos Militares (conforme alterações decorrentes da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019).

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 463.820 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual.

O saldo dos Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais está registrado integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, sendo de R\$ 66.130 mil referentes ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN e 48.842 mil referentes ao Rioprevidência.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo soma R\$ 2.158.781 mil, dos quais R\$ 2.153.704 mil (99,76%) correspondem ao montante registrado no ativo referente à apropriação do direito da dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Rioprevidência.

4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

Como mencionado no Item anterior (4.2), esta linha não existe no IPC 04 / 2020, este grupo de contas foi transferido para a linha “Créditos a Curto Prazo”

Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	0,00%	24.733.906	100,00%	-100,00%
Adiantamentos Concedidos	-	0,00%	4.387.701	17,74%	-100,00%
Tributos a Recuperar / Compensar	-	0,00%	9.034	0,04%	-100,00%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	-	0,00%	56.047	0,23%	-100,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio	-	0,00%	1.675.921	6,78%	-100,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	0,00%	1.059.627	4,28%	-100,00%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	-	0,00%	19.704.358	79,67%	-100,00%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	-	0,00%	(2.158.781)	-8,73%	-100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

TABELA 004 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	2.312.451	100,00%	1.839.989	100,00%	25,68%
Titulos e Valores Mobiliários	2.312.451	100,00%	1.839.989	100,00%	25,68%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.5 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 005 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
ESTOQUES	837.142	100,00%	728.343	100,00%	14,94%
Mercadorias para Revenda	-	0,00%	1.252	0,17%	-100,00%
Produtos e Serviços Acabados	-	0,00%	8	0,00%	-100,00%
Produtos e Serviços em Elaboração	910	0,11%	53	0,01%	1630,53%
Matérias-primas	1.915	0,23%	1.297	0,18%	47,64%
Almoxarifado	681.175	81,37%	572.336	78,58%	19,02%
Outros Estoques	153.142	18,29%	153.396	21,06%	-0,17%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 837.142 mil em 2020, um acréscimo de 14,94% em relação ao exercício de 2019.

O almoxarifado está registrado em sua maioria na Secretaria de Estado de Saúde, no montante de R\$ 198.937 mil e na Secretaria de Estado de Polícia Militar, no montante de R\$ 164.746 mil.

4.6 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Tabela 006 – VPD Pagas Antecipadamente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.054	100,00%	1.980	100,00%	205,69%
Prêmios de Seguros a Apropriar	189	3,12%	214	10,80%	-11,75%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	674	11,13%	653	32,99%	3,10%
Aluguéis Pagos a Apropriar	-	0,00%	68	3,42%	-100,00%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	5.141	84,92%	1.045	52,76%	392,04%
Demais VPD a Apropriar	50	0,83%	1	0,03%	9100,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Em 2020 a conta de VPD Pagas Antecipadamente apresentou um acréscimo de 205,69% em relação ao exercício de 2019, perfazendo o saldo de R\$ 6.054 mil.

Os Prêmios de Seguros a Apropriar estão registrados em sua maioria no Tribunal de Contas no montante de R\$ 80 mil e na Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança no montante de R\$ 67 mil.

As Assinaturas e Anuidades a Apropriar estão registradas em sua maioria na Procuradoria Geral do Estado – PGE no montante de R\$ 212 mil, na Administração Central – UERJ no montante de R\$ 136 mil e na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no montante de R\$ 130 mil.

Em 2020, os Benefícios a Pessoal a Apropriar apresentou um acréscimo de 392,04% em relação ao exercício de 2019 e o saldo de maior representatividade esta registrado na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 5.063 mil.

4.7 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

Tabela 007 – Créditos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	45.633.698	100,00%	44.337.399	100,00%	2,92%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	45.544.467	99,80%	44.263.553	99,83%	2,89%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	138.432	0,30%	153.957	0,35%	-10,08%
Dívida Ativa Tributária	115.838.904	254,34%	111.550.689	252,01%	3,84%
Dívida Ativa Não Tributária	2.349.964	5,16%	2.309.042	5,22%	1,77%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(72.782.833)	-159,81%	(69.750.135)	-157,58%	4,35%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	89.231	0,20%	73.846	0,17%	20,83%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Seguem abaixo os comentários dos itens deste grupo:

A) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somam R\$ 138.432 mil, apresentando um decréscimo de 10,08% em relação ao exercício anterior.

O maior saldo do grupo, no montante de R\$ 43.762 mil, esta na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

B) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 4.2 E deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:

Tabela 007.1 – Dívida Ativa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	45.668.644	100,00%	44.578.387	100,00%	2,45%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	116.053.984	254,12%	111.936.816	251,10%	3,68%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	215.081	0,19%	386.126	0,34%	-44,30%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	116.661.558	100,52%	112.373.344	100,39%	3,82%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	408	0,000%	408	0,000%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.063)	-0,71%	(823.063)	-0,74%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	2.397.492	5,25%	2.360.309	5,29%	1,58%
Creditos Inscritos a Curto Prazo	47.529	1,98%	51.267	2,17%	-7,29%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	2.356.361	98,28%	2.315.439	98,10%	1,77%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.926	0,50%	11.926	0,51%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-0,76%	(18.324)	-0,78%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(72.782.833)	-159,37%	(69.718.737)	-156,40%	4,39%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(72.782.833)	100,00%	(69.718.737)	100,00%	4,39%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, deduzido o Ajuste para Perdas apresentou um acréscimo de apenas 2,45% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 44.578.387 mil em 2019 para R\$ 45.668.644 mil em 2020.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006/2012, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997.

O Art.11, inciso IV do Decreto nº 46.816 de 01/11/2019, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado enviasse até o dia 10 de janeiro de 2020 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa referentes ao exercício de 2019.

O estoque da dívida foi atualizado em conformidade com o Demonstrativo do Estoque da PGE/2019. A variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa está evidenciada na Tabela 007.1 – DÍVIDA ATIVA deste volume.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

Tabela 007.2 – Dívida Ativa Tributária LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	115.838.904	142,84%	111.550.689	100,00%	3,84%
ICMS	91.487.727	78,98%	88.150.358	79,02%	3,79%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,70%	(812.712)	-0,73%	0,00%
ICM	2.249.611	1,94%	2.235.441	2,00%	0,63%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%
FECP	2.664.184	2,30%	2.493.170	2,24%	6,86%
FECP - Compensação Precatórios	(4.414)	0,00%	(4.414)	0,00%	0,00%
ITD	148.757	0,13%	130.776	0,12%	13,75%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	0,00%	(5.012)	0,00%	0,00%
ITBI	982	0,00%	955	0,00%	2,88%
IPVA	963.749	42,84%	909.243	0,82%	5,99%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,83%	(58)	0,00%	0,00%
Outros Tributos	677	0,00%	675	0,00%	0,42%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	(45)	0,00%	(45)	0,00%	0,00%
Taxas Diversas	219.741	0,19%	161.175	0,14%	36,34%
Multas Diversas	18.926.538	16,34%	18.291.960	16,40%	3,47%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

D) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFSS

Em 2020 teve um acréscimo de 20,83% em relação ao exercício de 2019, variando de R\$ 73.846 mil para R\$ 89.231 mil.

4.8 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 008 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	4.451.136	100%	2.742.779	100%	62,29%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	2.770.515	62,24%	2.741.518	99,95%	1,06%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	451	0,02%	451	0,02%	0,00%
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	663.019	23,93%	663.019	24,18%	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio Prov. de Créditos Administrativos	25	0,00%	25	0,00%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	118.431	4,27%	100.275	3,66%	18,11%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	1.988.590	71,78%	1.977.748	72,14%	0,55%
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	1.679.360	37,73%	-	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores a LP - INTER OFSS	1.261	0,05%	1.261	0,05%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Em 2020, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentou um acréscimo de 62,29% em relação ao exercício anterior. Este acréscimo ocorreu principalmente pelo não expurgo total das contas INTRAs no exercício de 2020.

A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESC. PREST. DE SERV. PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil e os Direitos sobre Outorgas líquido no valor de R\$ 92.098 mil.

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

Tabela 008.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2019	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	CEBIMENT	BAIXAS	2020
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	570.921	-	-	-	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTRANS ²	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	11.194	-	-	-	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ³	7.124	-	-	-	-	7.124

¹ - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

² - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³ - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportrans

Fontes: SIAFE-Rio

O saldo a receber proveniente das Concessões de Serviços Públicos não sofreu alteração em relação ao ano anterior, mantendo o saldo no montante de R\$ 570.921 mil.

Os Direitos sobre Concessões se referem ao DER-RJ no montante de R\$ 185.792 mil (referentes à Concessionária Rota 116), à Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS no montante de R\$ 366.811 mil (referentes à concessão do Metrô à Opportrans no montante de R\$ 349.176 mil e R\$ 17.636 mil referentes à concessão do Metrô à Opportrans para execução do trecho Arco Verde/Siqueira Campos) e à Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço no montante de R\$ 18.318 mil (sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil.).

Conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, a CEG RIO S/A compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

Já a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Mangaratiba e Maricá.

B) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Deste grupo, a unidade gestora com saldo mais significativo é a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 82.358 mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 008.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	1.988.590	100,00%	1.977.748	100,00%	0,55%
Valores a Receber de Outras Empresas	5.652	0,28%	5.721	0,29%	-1,20%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	401.135	20,17%	401.135	20,28%	0,00%
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	649.069	32,64%	640.446	32,38%	1,35%
Contratos Validados RCV	17.549	0,88%	16.919	0,86%	3,73%
Cheques Devolvidos em Cobrança	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Multas a Receber	3.308	0,17%	3.308	0,17%	0,00%
Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	872.297	43,87%	872.297	44,11%	0,00%
Créditos a Receber do RJPREV - Aporte LEI Nº 6243/2012	25.096	1,26%	23.439	1,19%	7,07%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,73%	14.477	0,73%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O saldo referente à Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos (representando 43,87% do grupo) está registrado integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 872.297 mil.

Já a conta Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006 representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a

partir de janeiro de 2007 e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em 2020, este ativo de longo prazo apresentou saldo de R\$ 649.069 mil, sendo o montante do FUNDES atualizado de acordo com as notas técnicas do Rioprevidência.

4.9 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Tabela 009 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	RS Mil				
	2020	AV %	2019	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	473	100,00%	473	100,00%	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	473	100,00%	473	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários permaneceu inalterado em relação ao exercício de 2020, apresentando o saldo de R\$ 473 mil.

Deste montante, R\$ 173 mil pertence à Companhia de Desenvolvimento Rodov. e Terminais do ERJ, R\$ 150 mil pertence à Companhia de Armazéns e Silos do ERJ e os outros 150 mil pertence ao Instituto Vital Brazil S/A.

4.10 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 010 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
ESTOQUES	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%
Outros Estoques	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O montante da conta outros estoques referem-se integralmente a Imóveis para Venda no valor de R\$ 56.399 mil e pertence à Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

4.11 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Tabela 011 – Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	11.771.089	100,00%	12.432.639	100,00%	-5,32%
Participações Permanentes	8.580.314	72,89%	8.500.861	68,38%	0,93%
Propriedades para Investimentos	562.310	4,78%	562.310	4,52%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	369.000	3,13%	368.613	2,96%	0,10%
Demais Investimentos Permanentes	2.962.349	25,17%	3.022.451	24,31%	-1,99%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.813)	-0,18%	(20.813)	-0,17%	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(682.071)	-5,79%	(783)	-0,01%	87056,40%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Esta rubrica engloba a participação societária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2020.

As Participações Societárias estão englobadas nas “Participações Permanentes” da Tabela 011 – Investimentos.

Tabela 011.1 – Participações Societárias
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
Investimentos do Estado	7.893.402	100,00%	8.401.346	100,00%	-6,05%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	7.890.334	99,96%	8.398.278	99,96%	-6,05%
Outros Investimentos	3.851	0,05%	3.851	0,05%	0,00%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(782)	-0,01%	(782)	-0,01%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

No exercício de 2020, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal negativa de 6,05% em relação ao ano anterior.

Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento a o valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 16 da NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas tabelas abaixo, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados referentes à equivalência patrimonial.

Tabela 011.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial

SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

R\$ Mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS (122910101)	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS (228910103)
CASERJ	862	99,99952%	862	862	-	-
CEASA	34.834	99,96820%	34.823	34.823	-	-
CEHAB	94.328	99,97000%	94.299	265.148	(265.251)	-
METRO	(506.141)	92,25900%	(466.961)	386.795	(386.795)	(466.961)
CTC	(6.172)	99,99860%	(6.172)	985	(985)	(6.172)
FLUMITRENS	(879.386)	100,00000%	(879.386)	6.147	(6.147)	(879.386)
CODIN	45.794	99,99876%	45.793	45.793	-	-
IVB	(19.980)	99,60000%	(19.900)	21.885	(21.885)	(19.900)
CODERTE	12.874	99,99520%	12.873	12.873	-	-
RIOTRILHOS	588.273	92,25935%	542.737	542.737	-	-
TURISRIO	(386)	68,48560%	(264)	227	(227)	(264)
TOTAL	(635.100)		(641.294)	1.318.275	(681.289)	(1.372.683)

SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / EMPRESA PÚBLICA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS (122910101)	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS (228910103)
CEDAE	7.796.470	99,99960%	7.796.439	7.277.621	-	-
DIVERJ	683	99,97200%	682	682	-	-
BDRIO	2.103	99,95000%	2.102	2.102	-	-
CELF	0	99,89000%	0	0	-	-
AGERIO	478.555	99,99000%	478.507	478.507	-	-
CFSEC	(170)	99,79000%	(170)	782	(782)	(170)
IMPRESA OFICIAL	130.640	100,00000%	130.640	130.640	-	-
TOTAL	8.408.279		8.408.199	7.890.334	(782)	(170)

TOTAL INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA

9.208.609

Tabela 011.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

SOCIEDADE ANONÔNIMA	2020	AV%	2019	AV%	AH%
CEDAE	7.277.621	92,23%	7.796.439	92,83%	-6,65%
DIVERJ	682	0,01%	679	0,01%	0,55%
BDRIO	2.102	0,03%	963	0,01%	118,23%
CELF	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
AGERIO	478.507	6,06%	474.749	5,65%	0,79%
CFSEC	782	0,01%	782	0,01%	0,00%
IMPRESA OFICIAL	130.640	1,66%	124.665	1,48%	4,79%
TOTAL	7.890.334	100,00%	8.398.278	100,00%	-6,05%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A Tabela 011.3 demonstra que em 2020 o saldo dos investimentos das Sociedades não integrantes do orçamento do Estado reduziu em R\$ 507.944 mil, o que representa uma variação nominal negativa de 6,05% em relação ao ano anterior.

Cabe destacar que devido a não disponibilização do balanço da CEDAE dentro do período de fechamento do exercício para o cálculo da equivalência patrimonial, o Balanço Consolidado de 2020 não contempla a equivalência patrimonial da CEDAE. Após a divulgação oficial do balanço da empresa, serão feitos os registros de ajustes necessários.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nesta rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

Tabela 011.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

SOCIEDADE ANONÔNIMA	R\$ Mil					
	2020	AV%	2019	AV%	AH%	
CFSEC	782	0,11%	782	0,12%	0,00%	
CEHAB	265.251	38,89%	265.251	40,18%	0,00%	
FLUMITRENS	6.147	0,90%	6.147	0,93%	0,00%	
METRÔ	386.795	56,71%	386.795	58,59%	0,00%	
C.T.C.	985	0,14%	985	0,15%	0,00%	
IVB	21.885	3,21%	-	0,00%	100,00%	
TURISRIO	227	0,03%	227	0,03%	0,00%	
TOTAL	682.071	100,00%	660.187	100,00%	3,31%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora (conta contábil 122910101) e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos (conta contábil 228910103).

Este item teve um aumento no exercício de 2020, que se deu pela inclusão de saldo do Instituto Vital Brazil, pois o mesmo passou a ter situação patrimonial líquida negativa.

Tabela 011.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil					
	2020	AV%	2019	AV%	AH%	
CFSEC	170	0,01%	168	0,02%	1,24%	
CEHAB	-	0,00%	64.405	5,85%	-100,00%	
FLUMITRENS	879.386	64,06%	669.693	60,79%	31,31%	
METRÔ	466.961	34,01%	362.115	32,87%	28,95%	
C.T.C.	6.172	0,45%	5.019	0,46%	22,96%	
IVB	19.900	1,45%	-	0,00%	100,00%	
TURISRIO	264	0,02%	310	0,03%	-14,83%	
TOTAL	1.372.853	100,00%	1.101.710	100,00%	24,61%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Acima, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos demonstra os valores registrados no Passivo Não Circulante. No exercício de 2020 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 271.142 mil em relação ao exercício anterior.

Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme o item 40 (b) da NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no Balanço Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Orçamento do Estado, inclusive de Outros Investimentos;
2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;
Ajustes:
3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do Orçamento do Estado;
4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 011.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		R\$ Mil
INVESTIMENTOS EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		9.208.609
OUTROS INVESTIMENTOS		3.851
PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS		(682.071)
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		8.530.389
AJUSTES		
SOCIEDADES DEPENDENTES		(1.318.275)
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS		681.289
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO		7.893.402

Tabela 011.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos

PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		R\$ Mil
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		1.372.853
AJUSTE		
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		(1.372.683)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO		170

Tal ajuste foi feito também no passivo do Balanço Consolidado na conta 2.2.8.9.1.01.03 - Perdas e Deságios em Investimentos, que registra os investimentos negativos do Estado.

Tabela 011.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		R\$ Mil
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFE-Rio		(635.100)
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(636.987)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(1.318.275)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	681.289	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		1.372.683
D = A + B + C PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		100.597

Consta no Balanço Consolidado a conta Participação de Não Controladores (anteriormente denominada "Minoritários"), que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Tabela 011.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores

R\$ Mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		Total do Patrimônio - Soc. Integrantes do Orçamento	Investimentos	Prov. p/ Perdas Investimentos	Prov.p/ Perdas e Deságios	Participação dos não Controladores
		A	B	C	D	E = A-B-C-D
137100	CASERJ	862	862	-	-	0
137200	CEASA	34.834	34.823	-	-	11
197100	CEHAB	94.328	265.148	(265.251)	-	94.430
217100	METRO	(506.141)	386.795	(386.795)	(466.961)	(39.180)
217200	CTC	(6.172)	985	(985)	(6.172)	(0)
217300	FLUMITRENS	(879.386)	6.147	(6.147)	(879.386)	(0)
227100	CODIN	45.794	45.793	-	-	1
297100	IVB	(19.980)	21.885	(21.885)	(19.900)	(80)
317100	CODERTE	12.874	12.873	-	-	1
317300	RIOTRILHOS	588.273	542.737	-	-	45.536
437100	TURISRIO	(386)	227	(227)	(264)	(122)
TOTAL		(635.100)	1.318.275	(681.289)	(1.372.683)	100.597

Fonte: SIAFE-Rio

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 562.310 mil e representa 4,78% do total dos Investimentos.

Todo o saldo é composto por Edifícios, destacando-se o valor de R\$ 539.383 mil referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo compreendem os investimentos efetuados pelo RPPS em títulos e valores mobiliários e aplicações em segmentos de imóveis.

Tais recursos estão registrados integralmente no Rioprevidência e se referem aos terrenos no montante de R\$ 157.304 mil, às edificações de uso comercial no montante de R\$ 124.308 mil, aos imóveis no montante de R\$ 64.965 mil e às edificações de uso residencial no montante de R\$ 22.422 mil.

D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Tabela 011.7 – Demais Investimentos Permanentes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.962.349	100,00%	3.022.451	100,00%	-1,99%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	59	0,00%	59	0,00%	0,00%
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.421.655	47,99%	1.421.655	47,04%	0,00%
Projetos em Andamento	598.746	20,21%	617.936	20,44%	-3,11%
Atividades em Andamento	349.298	11,79%	349.210	11,55%	0,03%
Investimentos - Aplicações Diretas	50.967	1,72%	50.967	1,69%	0,00%
Investimentos - Material de Consumo	73.314	2,47%	73.314	2,43%	0,00%
Outros Investimentos	468.310	15,81%	509.310	16,85%	-8,05%

R\$ Mil

Fontes : SIAFE-Rio

Notas : AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 2.962.349 mil e representam 25,17% do total dos Investimentos do Estado.

Os Bens Móveis não Destinados a Uso estão registrados na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 956.952 mil e na Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 464.703 mil.

Dos Projetos em Andamento, os saldos mais significativos são de R\$ 165.487 mil referentes à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, R\$ 97.598 mil referentes ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, R\$ 77.218 à Secretaria de Estado de Ambiente, R\$ 57.629 à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 49.733 à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara.

Das Atividades em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico no montante de R\$ 220.195 mil e à Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 58.915 mil.

Dentre os Outros Investimentos, os montantes mais relevantes referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no valor de R\$ 455.190.

E) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS

Esta rubrica está integralmente composta pelas perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos.

4.12 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

Tabela 012 – Imobilizado
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
IMOBILIZADO	31.731.097	100,00%	31.740.401	100,00%	-0,03%
Bens Móveis	6.717.743	21,17%	6.392.728	20,14%	5,08%
Bens Móveis	8.239.347	122,65%	7.737.099	121,03%	6,49%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.521.604)	-22,65%	(1.344.372)	-21,03%	13,18%
Bens Imóveis	25.013.354	78,83%	25.347.674	79,86%	-1,32%
Bens Imóveis	26.743.448	106,92%	27.007.789	106,55%	-0,98%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.730.095)	-6,92%	(1.660.116)	-6,55%	4,22%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.12.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explanado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado). Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2020 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 6.717.743 mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 325.015 mil, sem contar o valor retificador da depreciação acumulada.

Os valores mais significativos neste grupo se referem aos Veículos de Tração Mecânica no valor de R\$ 1.606.124 mil, Bens Móveis em Andamento no montante de R\$ 1.175.3 mil, Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91 no montante de R\$ 752.447 mil, Equipamentos de TIC – Computadores e Periféricos Permanentes no montante de R\$ 761.748 mil, Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares no montante de R\$ 720.024 mil, Mobiliário em Geral no montante de R\$ 378.742 mil e Veículos Diversos no montante de R\$ 334.520 mil.

Dos Veículos de Tração Mecânica, de um total de R\$ 1.606.124 mil, temos o saldo concentrado em três Órgãos. São eles: Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 759.020, Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 304.762 mil e Secretaria de Estado da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no montante de R\$ 262.908 mil.

Dos Bens Móveis em Andamento, o valor mais significativo refere-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 1.172.867 mil.

Dos valores de Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91, R\$ 752.089 mil se referem à Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e R\$ 358 mil se referem à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

Dos Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares, R\$ 325.598 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde, R\$ 162.284 mil se referem à Administração Central – UERJ,

R\$ 71.185 mil se referem ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e R\$ 40.358 mil se referem à Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

4.12.2 Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso VIII, do artigo 11, do Decreto nº 46.816, de 01 de Novembro de 2019, determinou que a Subsecretaria de Patrimônio Imóvel da Secretaria de Estado de Fazenda, encaminhasse até 20 de Fevereiro de 2019 à Subsecretaria de Contabilidade Geraldo Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, com a indicação da Unidade Gestora, preferencialmente extraído do SISPAT 2.0.

A Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou a esta SUBCONT, em atendimento ao citado Decreto, que se encontra inserida no Volume 8 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Governo, informando o endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no seu cadastro.

Tabela 012.1 – Bens Imóveis
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	26.743.448	100,00%	27.007.789	100,00%	-0,98%
Bens de Uso Especial	5.029.994	18,81%	4.950.632	18,33%	1,60%
Imóveis Dominiais/Dominicais	723.695	2,71%	700.093	2,59%	3,37%
Bens Imóveis em Andamento	17.427.964	65,17%	17.910.924	66,32%	-2,70%
Instalações	418.200	1,56%	392.539	1,45%	6,54%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	1.643.592	6,15%	1.637.277	6,06%	0,39%
Demais Bens Imóveis	1.500.003	5,61%	1.416.324	5,24%	5,91%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os Bens Imóveis contribuíram com 78,83% para a formação do Ativo Imobilizado.

Bens de Uso Especial

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

Tabela 012.1.1 – Bens de Uso Especial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	5.029.994	100,00%	4.950.632	100,00%	1,60%
Salas Comerciais	51.621	1,03%	53.321	1,08%	-3,19%
Edifícios	4.829.451	96,01%	4.786.651	96,69%	0,89%
Imóveis de Uso Educacional	35.066	0,70%	35.066	0,71%	0,00%
Terrenos/Glebas/Lotes	76.350	1,52%	43.635	0,88%	74,98%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,07%	3.599	0,07%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	33.907	0,67%	28.361	0,57%	19,55%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os bens de uso especial estão compostos majoritariamente por edifícios, totalizando R\$ 5.029.994 mil. Dentre os seus montantes, os mais significativos pertencem à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no total de R\$ 2.003.364 mil e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no total de R\$ 969.917 mil.

Bens Imóveis em Andamento

Tabela 012.1.2 – Bens Imóveis em Andamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	17.427.964	100,00%	17.910.924	100,00%	-2,70%
Obras em Andamento	17.427.964	100,00%	17.910.924	100,00%	-2,70%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os Bens Imóveis em Andamento estão registrados integralmente em Obras em Andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o término das mesmas. Em 2020, o saldo totalizou R\$ 17.427.964. Na comparação com o exercício de 2019, verifica-se um decréscimo de 2,70%.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 9.618.543 mil, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 4.423.039 mil, na Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ no montante de R\$ 1.432.993 mil e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 889.010.

Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

As Benfeitorias englobam as Construções em Terrenos Arrendados de Terceiros e Instalações e Outras Benfeitorias em Prédios Alugados. São considerados somente os gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação.

Em 2020, o saldo totalizou R\$ 1.643.592. O valor mais significativo está registrado no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 1.604.806 mil.

Demais Bens Imóveis

Os Demais Bens Imóveis estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 012.1.3 – Demais Bens Imóveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.500.003	100,00%	1.416.324	100,00%	5,91%
Edifícios a Cadastrar	1.900	0,13%	1.900	0,13%	0,00%
Terrenos a Cadastrar	388	0,03%	388	0,03%	0,00%
Obras em Andamento a Cadastrar	306.141	20,41%	222.462	15,71%	37,61%
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	79,44%	1.191.575	84,13%	0,00%

R\$ Mil

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os valores das Obras em Andamento a Cadastrar e a Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 1.497.715 mil, o equivalente a 99,85 % dos Demais Bens Imóveis.

As Obras em Andamento a Cadastrar têm seus valores mais significativos registrados na Secretaria de Estado de Saúde no montante de R\$ 124.071 mil, no Programa de Saneamento da Baía de Guanabara no montante de R\$ 71.581 mil e na CEDAE – Ações Descentralizadas no montante de R\$ 55.250 mil.

Os valores de Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei 8.200/91 estão registrados integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 1.191.575 mil.

4.13 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

Tabela 013 – Intangível
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
INTAGÍVEL	175.900	100,00%	160.681	100,00%	9,47%
Softwares	205.734	116,96%	179.077	111,45%	14,89%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.929	9,06%	9.788	6,09%	62,74%
(-) Amortização Acumulada	(45.762)	-26,02%	(28.183)	-17,54%	62,37%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Intangível totalizou R\$ 175.900 mil em 2020, apresentando um acréscimo de 9,47% em relação ao exercício anterior.

A conta de Softwares compreende os valores de softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Os valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento no montante de R\$ 48.503 mil, no Rioprevidência no montante de R\$ 45.947 mil, no Ministério Público no montante de R\$ 28.010 mil, na Procuradoria Geral do Estado no montante de R\$ 15.980 mil, no Tribunal de Justiça no valor de R\$ 11.424 mil e na Assembleia Legislativa no montante de R\$ 7.086 mil.

4.14 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 014 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	5.666.447	100,00%	6.256.122	100,00%	-9,43%
Pessoal a pagar	4.364.563	77,02%	4.645.808	74,26%	-6,05%
Benefícios Previdenciários a Pagar	684.444	12,08%	917.133	14,66%	-25,37%
Encargos sociais a pagar	617.440	10,90%	693.181	11,08%	-10,93%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo tiveram um decréscimo de 9,43%, variando de R\$ 6.256.122 mil em 2019 para R\$ 5.666.447 mil em 2020.

A) PESSOAL A PAGAR

O pessoal a pagar contribuiu com 77,02% para a formação destas obrigações e está segregado conforme quadro abaixo:

Tabela 014.1 – Pessoal a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	4.364.563	100,00%	4.645.808	100,00%	-6,05%
Pessoal a Pagar - Consolidação	4.208.068	96,41%	4.482.369	96,48%	-6,12%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	152.672	3,50%	158.056	3,40%	-3,41%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	2.432	0,06%	3.501	0,08%	-30,54%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	258	0,01%	772	0,02%	-66,60%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.133	0,03%	1.111	0,02%	1,97%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A rubrica de Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 96,41% do total do pessoal a pagar. As demais rubricas – INTRAFSS, INTEROFSS União, Estados e Municípios são compostas por valores de pessoal cedido.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Tabela 014.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	684.444	100,00%	917.133	100,00%	-25,37%
Benefícios Previdenciários	684.444	100,00%	917.133	100,00%	-25,37%
Benefícios Previdenciários	409.365	59,81%	636.659	69,42%	-35,70%
Décimo Terceiro Salário	275.079	40,19%	280.474	30,58%	-1,92%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os Benefícios Previdenciários a pagar pertencem, em grande parcela, ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 325.376 mil.

Em relação ao total das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, esta rubrica contribuiu com 12,08%.

C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já a rubrica de encargos sociais a pagar, que contribuiu com 10,90% do total do grupo, apresentou um decréscimo de 10,93% em relação ao ano anterior.

Tabela 014.3 – Encargos Sociais a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	617.440	100,00%	693.181	100,00%	-10,93%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	5.507	0,89%	5.882	0,85%	-6,38%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	467.294	75,68%	532.871	76,87%	-12,31%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	144.622	23,42%	154.418	22,28%	-6,34%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Estados	8	0,00%	9	0,00%	-12,66%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	10	0,00%	1	0,00%	1180,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.15 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

Tabela 015 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	38.943.605	100,00%	34.778.674	100,00%	11,98%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	36.199.123	92,95%	33.296.050	95,74%	8,72%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	1.848.105	4,75%	1.389.733	4,00%	32,98%
Financiamentos a curto prazo - Interno	5	0,00%	5	0,00%	-
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	16.548.607	42,49%	14.780.645	42,50%	11,96%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	685.615	1,76%	896.348	2,58%	-23,51%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(15.652.235)	-40,19%	(14.687.759)	-42,23%	6,57%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(685.615)	-1,76%	(896.348)	-2,58%	-23,51%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, foi criada a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 026/2016 que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base na nova rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

O aumento do saldo deste grupo se deu pela transferência dos valores do longo para o curto prazo, além da variação positiva da dívida contratual conforme Demonstrativo da SUCADP. Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

4.16 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 016 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.776.081	100,00%	12.976.656	100,00%	-24,66%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	4.182.265	42,78%	6.782.106	52,26%	-38,33%
Fornecedores e Credores	3.509.263	83,91%	4.780.030	70,48%	-26,58%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	350.340	8,38%	354.361	5,22%	-1,13%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	322.662	7,72%	1.647.715	24,30%	-80,42%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	149.963	1,53%	254.110	1,96%	-40,99%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	9.558	0,10%	7.341	0,06%	30,19%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municípios	5.434.296	55,59%	5.933.099	45,72%	-8,41%

R\$ Mil

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação negativa de 24,66% quando comparado com o exercício anterior.

Na rubrica Fornecedores e Credores, dentro de Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram a Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC no montante de R\$ 894.544 mil, a Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 721.560 mil e o Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 507.678 mil.

Já na rubrica Fornecedores e Credores – Saldos migrados do SIAFEM, também dentro de Consolidação, o saldo mais expressivo está no Fundo Estadual de Saúde – FES (R\$ 132.579 mil).

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 5.334.405 mil.

4.17 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

No grupo de Obrigações Fiscais a Curto Prazo, temos um saldo INTRA referente as contas de Repasses Previdenciários RPPS a Compensar no montante de R\$ 15.688 mil que foi deduzido do grupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo com o Estados.

Tabela 017 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	880.499	100,00%	867.982	100,00%	1,44%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	583.981	66,32%	577.909	66,58%	1,05%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	61.614	7,00%	61.613	7,10%	0,00%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	234.904	26,68%	228.461	26,32%	2,82%

Fontes : SIAFE-Rio

Notas : AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.18 Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidas com os municípios fluminenses

Em 2020, o principal saldo está representado na conta de Repartição da Cota de ICMS no montante de R\$ 128.053 mil.

O aumento significativo de saldo em relação ao ano anterior ocorreu devido aos repasses menores que as arrecadações, principalmente nos meses de Novembro e Dezembro.

Tabela 018 – Obrigações de Repartições a Outros Entes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	130.936	100,00%	4.136	100,00%	3065,80%
Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS - Municípios	130.936	100,00%	4.136	100,00%	3065,80%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.19 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

Tabela 019 – Provisões a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	247.804	100,00%	255.021	100,00%	
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	209.419	84,51%	185.127	72,59%	13,12%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	653	0,26%	653	0,26%	0,00%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	18.111	7,31%	47.540	18,64%	-61,90%
Outras Provisões a Curto Prazo	19.622	7,92%	21.702	8,51%	-9,58%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Nas Provisões para Riscos Trabalhistas a maior parte do saldo refere-se à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 192.105 mil.

As Provisões para Riscos Fiscais referem-se em sua totalidade às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA no montante de R\$ 653 mil.

As Provisões para Riscos Cíveis referem-se em sua maioria à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 14.078 mil.

Por fim, as Outras Provisões a Curto Prazo referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 11.396 mil, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP no montante de R\$ 3.366 mil, à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 2.308 mil e à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.863 mil.

4.20 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 020 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.723.273	100,00%	10.438.282	100,00%	-6,85%
Adiantamentos de Clientes	12.098	0,12%	15.283	0,15%	-20,84%
Dividendos a Pagar	1.747	0,02%	1.698	0,02%	2,90%
Valores Restituíveis	3.337.188	34,32%	3.075.623	29,46%	8,50%
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.372.240	65,54%	7.345.678	70,37%	-13,25%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Seguem os comentários abaixo acerca dos itens mais relevantes das Demais Obrigações a Curto Prazo:

A) VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela 020.1 – Valores Restituíveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	3.337.188	100,00%	3.075.623	100,00%	8,50%
Valores Restituíveis - Consolidação	3.093.347	92,69%	3.075.424	99,99%	0,58%
Consignações	1.639.316	52,99%	1.675.096	54,47%	-2,14%
Depósitos Judiciais	840.488	27,17%	839.037	27,28%	0,17%
Depósitos Não Judiciais	536.901	17,36%	495.017	16,10%	8,46%
Outros Valores Restituíveis	76.642	2,48%	66.274	2,15%	15,64%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	243.841	7,31%	200	0,01%	122102,86%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

As consignações apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores. A conta está composta em grande parcela por imposto sobre a renda retido na fonte – IRRF no montante de R\$ 598.616 mil, por outros consignatários no montante de R\$ 272.284 mil, por retenções de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 266.144 mil, por

INSS no montante de R\$ 175.798 mil e por RPPS – retenções sobre vencimentos e vantagens no montante de R\$ 120.897 mil.

Os depósitos judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 761.319 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 68.465 mil.

Já os depósitos não judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 376.701 mil, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 65.484 mil e no Rioprevidência no montante de R\$ 24.638 mil.

B) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 020.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.372.240	100,00%	7.345.927	100,00%	-13,25%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.186.427	50,00%	3.904.899	53,16%	-18,40%
Indenizações e Restituições	675.199	21,19%	1.473.753	37,74%	-54,19%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	904.787	28,40%	900.743	23,07%	0,45%
Diárias a Pagar	237	0,01%	368	0,01%	-35,76%
Créditos de Terceiros	123	0,00%	23	0,00%	434,26%
Bens de Terceiros	10.843	0,34%	10.103	0,26%	7,32%
Obrigações de Fundos de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.595.239	50,06%	1.519.659	38,92%	4,97%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	933.012	14,64%	1.196.364	16,29%	-22,01%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	678.830	72,76%	776.591	64,91%	-12,59%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	1.386	0,15%	1.386	0,12%	0,00%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	109.426	11,73%	356.122	29,77%	-69,27%
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	143.369	15,37%	62.265	5,20%	130,26%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	1.839.302	28,86%	1.986.568	27,04%	-7,41%
Cessão de Direitos	475.111	25,83%	659.328	33,19%	-27,94%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.363.435	74,13%	1.326.629	66,78%	2,77%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	755	0,04%	612	0,03%	23,48%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	84.896	1,33%	6.788	0,09%	1150,63%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	328.603	5,16%	251.308	3,42%	30,76%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

A conta de Indenizações e Restituições está registrada em sua maioria na Unidade Gestora Encargos Gerais, no montante de R\$ 655.984 mil. Sendo que o principal valor nesta UG é R\$ 511.858 mil referentes aos Restos a Pagar Processado de 2017 da Secretaria de Estado de Fazenda.

A conta de Obrigações p/ Convênios Recebidos integra 28,40% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Seus valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 380.866 mil, na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 145.000 mil e na Secretaria de Estado da Casa Civil no montante de R\$ 93.656 mil.

As Outras Obrigações a Pagar correspondem a 50,06% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Estão compostas em sua maioria por Credores de Contratos Renegociação no montante de R\$ 791.046 mil, Auxílios Financeiros a Estudantes e Pesquisadores no montante de R\$ 354.573 mil, Seguros a Pagar de Financiamentos no montante de R\$ 208.678 mil e Depósitos de Diversas Origens – Sem Disponibilidade Financeira no montante de R\$ 149.081 mil.

O montante dos Credores de Contratos Renegociação está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. Esta dívida de investimento vem sendo atualizada regularmente.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

A conta Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS apresentou os maiores valores registrados no Fundo Único de Previdência do ERJ – Executivo no montante de R\$ 242.146 mil, seguido pela na Administração Central – UERJ no montante de R\$ 187.803 mil, Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 47.461 mil e Encargos Gerais no montante de R\$ 47.237 mil.

A conta de Indenizações e Restituições – Intra OFSS está registrada em sua maioria na unidade gestora Encargos Gerais, no montante de R\$ 109.272 mil.

Os Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e os saldos discriminados estão compostos por Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento, no total de R\$ 143.369 mil .

Já as demais contas deste grupo, que são os Recursos Bloqueados (a liberar) por Vinculação de Pagamento e por Recursos a Liberar por Mandado de Arresto, por serem contas Permanentes, são expurgadas do Balanço Consolidado do Estado.

O total deste grupo deve manter paridade com contas de ativo, para que sejam eliminadas quando da consolidação dos balanços ao final do exercício. Esta Subsecretaria de Contabilidade vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA OFSS.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

A conta de Cessão de Direitos está composta integralmente por cessão de direitos – royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial. A variação negativa de 27,94% no montante de R\$ 184.216 mil, ocorreu principalmente devido às transferências do Estado para a União.

As Obrigações p/ Convênios Recebidos pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 558.130 mil, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM no montante de R\$ 271.032 mil e à Secretaria de Estado de Segurança – Em extinção no montante de R\$ 137.199 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Estados está composta por obrigações para convênios recebidos no montante de R\$ 4.047 mil e por obrigações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB no montante de R\$ 80.847 mil.

O FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, DF e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além destes recursos, também compõe o FUNDEB, uma parcela de recursos federais, quando o estado não alcançar o valor mínimo definido por aluno. Todo recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS MUNICÍPIOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Municípios está composta integralmente por obrigações para convênios recebidos. Os montantes mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 147.997 mil, na Secretaria de Estado de Segurança –

Em extinção no valor de R\$ 89.016 mil e na Secretaria de Estado de Transportes no valor de R\$ 54.240 mil.

4.21 Dívida Flutuante

Os componentes da dívida fluante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

Tabela 021 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %
	31/12/2020	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	31/12/2020	
Restos a Pagar	18.592.371	3.623.506	4.298.666	3.481.564	14.435.648	-22,36%
Exercícios Anteriores	18.592.371	-	4.298.666	3.481.564	10.812.142	-41,85%
Restos a Pagar	18.589.826	-	4.298.666	3.481.564	10.809.596	-41,85%
Restos a Pagar Processados	18.178.521	-	4.061.514	3.332.783	10.784.223	-40,68%
Restos a Pagar Não Processados	411.305	-	237.151	148.781	25.373	-93,83%
Restos a Pagar - DEC 40.874/07 E 41.377/08	2.545	-	-	-	2.545	0,00%
Exercício Atual	-	3.623.506	-	-	3.623.506	0,00%
Sentenças Judiciais anteriores a 2015	28.879	-	-	-	28.879	0,00%
Depósitos	3.084.747	30.990.266	29.970.748	554.186	3.550.078	15,08%
Consignações	1.675.096	9.852.946	9.100.703	544.381	1.882.958	12,41%
Depósitos de Diversas Origens	1.409.651	21.137.319	20.870.045	9.805	1.667.121	18,26%
Credores Entidades e Agentes	23.282	1.857	1.757	-	23.382	0,43%
Total da Dívida Flutuante	21.729.280	34.615.628	34.271.171	4.035.750	18.037.988	-16,99%

A Dívida Flutuante de 2020 totalizou em R\$ 18.037.988 mil, conforme o total do Passivo Financeiro contido no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexo do Balanço Patrimonial Consolidado, apresentando um decréscimo de 16,99% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido menores que o somatório dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar. Os valores apresentados nos campos “Inscrição” e “Pagamento” estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro.

4.22 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCR. NO EXERCICIO e os créditos empenhados em liquidação, verificados na conta 631720101 – RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais posteriores a 2016 também estão inscritas e incluídas em “Restos a Pagar”.

Quanto ao estoque de restos a pagar em 31/12/2020, somou R\$ 14.435.648 mil, apresentando um decréscimo em relação ao ano anterior de 28,79% (quando somou R\$ 18.592.371 mil).

Segue demonstração do estoque de 2020 por Poder e Tipo de Administração:

Tabela 022.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração

R\$ Mil

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2020			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER LEGISLATIVO (I)	23.786	101.597	125.383	0,87%
01000 Assembléia Legislativa	13.871	7.734	21.605	0,15%
01610 Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ	1.205	61.906	63.111	0,44%
02000 Tribunal de Contas	8.705	30.718	39.423	0,27%
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	5	1.240	1.245	0,01%
PODER JUDICIÁRIO (II)	74.722	126.994	201.717	1,40%
03000 Tribunal de Justiça	38.697	22.682	61.379	0,43%
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	36.026	98.755	134.781	0,93%
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	-	925	925	0,01%
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	-	4.632	4.632	0,03%
MINISTÉRIO PÚBLICO E AUTÔNOMOS (III)	31.267	95.025	126.292	0,87%
10000 Ministério Público	21.606	64.066	85.673	0,59%
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	546	24.216	24.762	0,17%
11000 Defensoria Pública Geral do Estado	8.811	4.056	12.868	0,09%
11610 Fundo Especial da Defensoria Pública do ERJ	303,19	2.685,83	2.989	0,02%
PODER EXECUTIVO (IV)	13.706.340	275.916	13.982.256	96,86%
Administração Direta	3.885.655	29.528	3.915.183	27,12%
Autarquias*	1.735.188	72.832	1.808.020	12,52%
Fundações	31.845	6	31.851	0,22%
Empresas Públicas	1.845.100	18.339	1.863.439	12,91%
Fundos*	6.169.667	154.486	6.324.153	43,81%
Sociedades de Economia Mista	38.885	725	39.610	0,27%
TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)	13.836.116	599.532	14.435.648	100,00%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: AV - Análise Vertical

*Obs.: Os Fundos 02610 (TCE), 03610, 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

A Subsecretaria de Contabilidade Geral aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2020, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria SUBCONT n° 011 de 11 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial de 19 de fevereiro de 2021. Cabendo observar a redução do montante dos Restos a Pagar que apresentava o saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 18.592.371 mil (informações extraídas do Quadro 21).

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:

Tabela 022.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

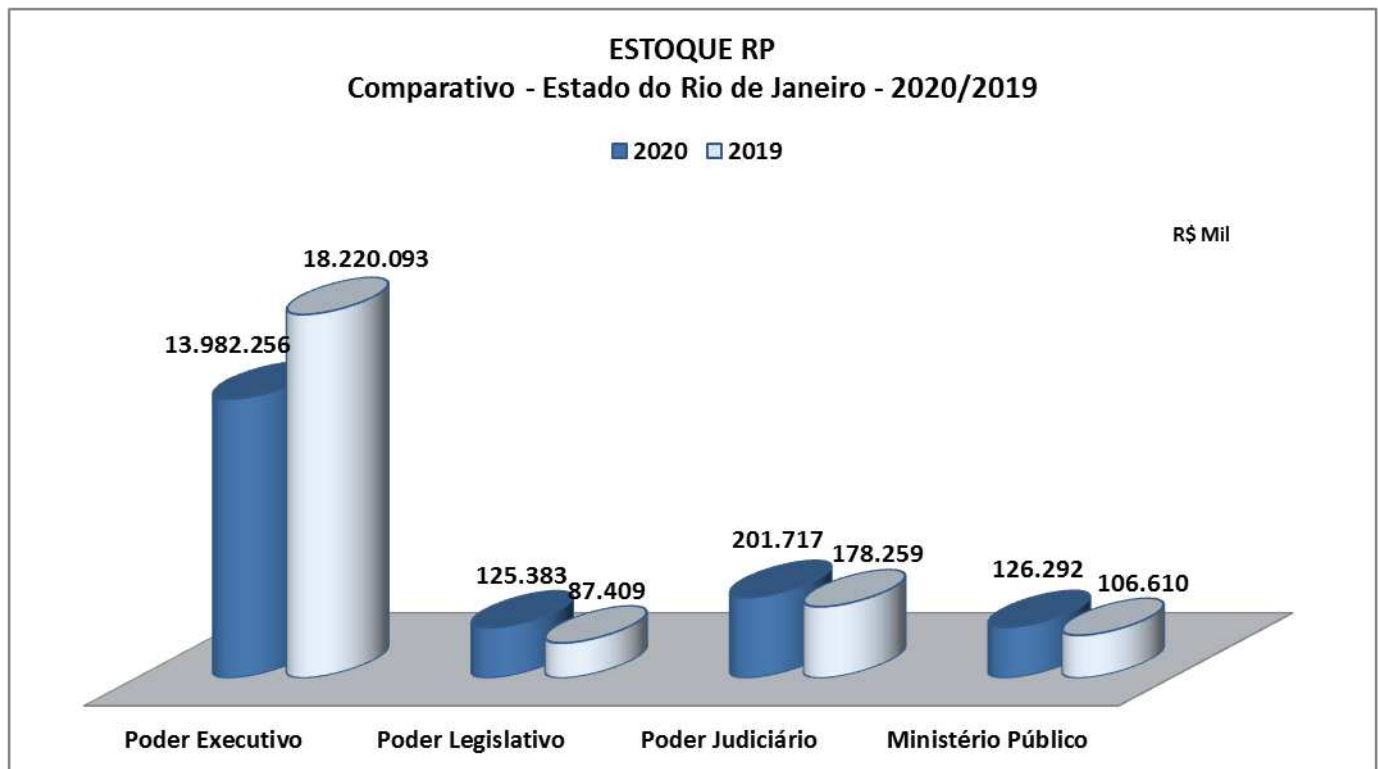
DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
Poder Executivo	13.982.256	96,86%	18.220.093	98,00%	-23,26%
Administração Direta	3.915.183	28,00%	5.392.655	29,60%	-27,40%
Autarquias	1.808.020	12,93%	2.870.860	15,76%	-37,02%
Fundações	31.851	0,23%	70.988	0,39%	-55,13%
Empresas Públicas	1.863.439	13,33%	2.153.047	11,82%	-13,45%
Sociedades de Economia Mista	6.324.153	45,23%	7.642.039	41,94%	-17,25%
Fundos Especiais	39.610	0,28%	90.504	0,50%	-56,23%
Poder Legislativo	125.383	0,87%	87.409	0,47%	43,44%
Poder Judiciário	201.717	1,40%	178.259	0,96%	13,16%
Ministério Público	126.292	0,87%	106.610	0,57%	18,46%
TOTAL	14.435.648	100,00%	18.592.371	100,00%	-22,36%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2020/2019)

A seguir, a demonstração gráfica, relaciona o estoque dos Restos a Pagar por Poder, dos dois últimos exercícios:



A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no

artigo 7º do Decreto nº 47.341 de 03/11/2020. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Tabela 022.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo

Esta tabela (Poder Executivo) está em conformidade com o Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 4 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2019 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo negativo de R\$ 10.777.465 mil. No entanto como a inscrição é feita considerando o saldo financeiro por Fonte de Recursos foram inscritos R\$ 165.057 mil em Restos a Pagar não Processados.

Os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (conta 631110101) devem ser liquidados ou cancelados, no Poder Executivo até 31 de março e nos demais Poderes até 31 de dezembro do ano seguinte à sua inscrição. No entanto, os saldos dos empenhos a liquidar anteriores a 2019 das unidades gestoras contidas no quadro abaixo não foram cancelados em 2019, cabendo observar que a UG 123400 apresenta valor menor que mil reais.

Merece destaque o fato do saldo final do “Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do Balanço Orçamentário evidenciar os valores referentes aos restos a pagar não processados a liquidar (conta 631110101) no montante de R\$ 15.296 mil, aos restos a pagar não processados em liquidação (conta 631210101) no montante de R\$ 1.579 mil e aos restos a pagar não processados liquidados a pagar (conta 631310101) no montante de R\$ 583 mil.

Tabela 022.4 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

R\$ Mil

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	
016100 - FUNDO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ERJ.	8.800
243200 - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	4.017
266500 - FUNDO DA POLICIA MILITAR DO ERJ	2.635
260100 - Secretaria de Estado de Segurança - Em Extinção	2.418
070100 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	1.956
026100 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DO TCE-RJ	65
053100 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RJ	34
116100 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PUBLICA DO ERJ	34
020100 - TRIBUNAL DE CONTAS	22
246300 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	14
135400 - EMPRESA PESQUISA AGROPECUARIA DO ESTADO DO RJ	6
390100 - SUBSECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	2
404310 - ADM INISTRACAO CENTRAL	1
TOTAL	20.005

Fontes: SIAFE-Rio

4.23 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 023 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	4.882.939	100,00%	3.323.155	100,00%	46,94%
Pessoal a Pagar	4.882.939	100,00%	3.323.155	100,00%	46,94%
Pessoal a Pagar	-	0,00%	1.411	0,04%	0,00%
Salários, Remunerações e Benefícios	-	0,00%	1.313	0,04%	0,00%
Férias	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Precatório de Pessoal - Regime Especial	4.882.939	100,00%	3.691.101,58	1,11	32,29%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TI	352.107	7,21%	334.928	0,10	5,13%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - T.	4.645.102	95,13%	3.471.876	1,04	33,79%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Não Vencidos - TRF	2.415	0,05%	983	0,00	145,64%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios - TJ	(116.686)	-2,39%	(116.686)	-3,16%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

As Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP é composta em sua maioria por precatórios, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações. Essas compensações (R\$ 116.686) somadas àquelas registradas na tabela 025 (R\$ 724.701) guardam paridade com as compensações registradas na tabela 07.1 deste relatório (R\$ 823.063 + R\$ 18.324).

4.24 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Tabela 024 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	147.604.667	100,00%	126.774.592	100,00%	16,43%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	131.835.074	89,32%	115.113.275	90,80%	14,53%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	14.090.233	9,55%	11.661.317	9,20%	20,83%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	1.679.360	1,14%	-	0,00%	100,00%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Interno	33.548.971	22,73%	27.819.076	21,94%	20,60%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Externo	2.515.159	1,70%	3.641.686	2,87%	-30,93%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(33.548.971)	-22,73%	(27.819.076)	-21,94%	20,60%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(2.515.159)	-1,70%	(3.641.686)	-2,87%	-30,93%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 147.604.667 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 131.835.074 mil, equivalentes à 89,32% do valor total.

O acréscimo na conta de “Empréstimos a Longo Prazo – Interno” se deu principalmente pela transferência de valores do curto prazo.

Os valores de “Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a LP – Interno” e “(-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno” possuem variações devido ao reajustamento dos juros e encargos a vencer da Dívida Interna de longo prazo, conforme demonstrativo da SUCADP.

Destaca-se ainda, que os valores deste grupo estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 026/2016.

Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

4.25 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 025 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	1.947.090	0,00%	1.428.846	0,00%	36,27%
Fornecedores Nacionais	2.718	0%	-	0,00%	100,00%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	1.944.121	99,85%	1.428.595	99,98%	36,09%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ	2.592.088	133,33%	2.146.820	150,25%	20,74%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TRF	76.734	3,95%	6.476	0,45%	1084,88%
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - Fornecedores TJ	(724.701)	-37,28%	(724.701)	-50,72%	0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	0,01%	251	0,02%	0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	100,00%	251	0,02%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta principalmente pelos Precatórios de Fornecedores. De acordo com o atual ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78,

os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Do montante dos Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ foram deduzidos os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 724.701 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual n.º 5.647, de 18 de janeiro de 2010, Lei Estadual n.º 6.136, de 28 de dezembro de 2011 e demais normas legais aplicáveis.

4.26 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Tabela 026 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	867.837	100,00%	1.113.716	100,00%	-22,08%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	867.837	100,00%	994.209	89,27%	-12,71%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	-	0,00%	119.507	10,73%	-100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.27 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Tabela 027 – Provisões a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.524.192	100,00%	20.754.360	100,00%	-78,20%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	434.448	9,60%	515.534	2,48%	-15,73%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	3.599.805	79,57%	19.601.064	94,44%	-81,63%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	30.760	0,68%	31.791	0,15%	-3,24%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	189.667	4,19%	336.409	1,62%	-43,62%
Outras Provisões a Longo Prazo	269.512	5,96%	269.562	1,30%	-0,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

As Provisões a Longo Prazo sofreram um decréscimo substancial de 78,20% em relação ao exercício anterior, devido à atualização das provisões matemáticas previdenciárias, conforme Nota Patrimonial 2020NP01312 emitida pelo Rioprevidência (UG 123400), em relação ao Relatório de Avaliação Atuarial 2021 (calendário 2020). Estas representam 79,57% do total das provisões a longo prazo. Este saldo se refere às aposentadorias, pensões e outros benefícios do plano financeiro do RPPS.

4.28 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiro não inclusos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 028 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	9.480.716	100,00%	8.860.412	100,00%	7,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo	9.480.716	100,00%	8.860.412	100,00%	7,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.788.547	92,70%	8.774.223	99,03%	0,16%
Certificados de Privatização - CP	138.820	1,46%	124.498	1,42%	11,50%
Perdas e Deságios em Investimentos	170	0,00%	168	0,00%	1,24%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	5,63%	533.450	6,08%	0,00%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	16.580	0,17%	16.580	0,19%	0,00%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	8,74%	828.808	9,45%	0,00%
Depósitos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	76,69%	7.270.719	82,86%	0,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	87.242	0,92%	73.846	0,83%	18,14%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	604.926	6,38%	12.342	0,14%	4801,25%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Seguem abaixo, alguns comentários sobre os itens das Demais Obrigações de Longo Prazo.

A) PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS

Em 2020, o valor de R\$ 170 mil refere-se à Companhia Fluminense de Securitização.

B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.450 mil.

C) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

D) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTER OFSS - UNIÃO

Esta rubrica sofreu uma expressiva variação (no valor de R\$ 592.584 mil) devido ao lançamento de incorporações com restituições e indenizações da conta “A” por meio de ajustes de exercícios anteriores, conforme rotina contábil processo sei-04/0047/000122/2020.

Está contida também nesta rubrica a conta de cessão de direitos – royalties do petróleo. São as obrigações do Estado devidas à União referentes ao Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial.

Em 2020 não ocorreu variação na conta de cessão de direitos – royalties do petróleo em relação ao exercício anterior. O saldo refere-se ao contrato de cessão de crédito celebrado entre a União e o

Estado do Rio de Janeiro com interveniência da ANP, Banco do Brasil e BANERJ nas modalidades de royalties e participação especial, conforme demonstrativo da SUCADP de 2020.

Tabela 028.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	2019	AH %
Saldo Inicial	12.342	196.227	-93,71%
(-) Ajustes Cambiais	-	-	-
(-) Transferência do LP p/ o CP	-	(183.438)	-100,00%
(+) Atualização Monetária	-	422	-100,00%
(-) Atualização Monetária	-	(869)	
Saldo Final	12.342	12.342	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.29 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de exercícios futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Tabela 029 – Resultado Diferido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	10.997.364	100,00%	10.999.312	100,00%	-0,02%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	10.997.542	100,00%	10.999.491	100,00%	-0,02%
Convênios Diversos	10.915	0,10%	10.915	0,10%	0,00%
Lucro de Lotes Industriais	475	0,00%	475	0,00%	0,00%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	35	0,00%	35	0,00%	0,00%
Juros de Lotes Industriais	23	0,00%	23	0,00%	0,00%
Receitas de Subvenções	10.157.411	92,36%	10.159.360	92,36%	-0,02%
Receitas de Concessões	828.682	7,54%	828.682	7,53%	0,00%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

As Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 10.157.411 mil, composta de R\$ 10.156.130 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos e R\$ 1.278 mil em Doações para Investimentos.

Dentre as Subvenções Governamentais para Investimentos, a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS apresentou um montante significativo de R\$ 9.970.906 mil.

4.30 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no passivo financeiro deste quadro (contas 6.3.1.1.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 6.3.1.7.1.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO), em consonância com a Lei 4.320/64, enquanto os mesmos não cumprem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

O Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 9,28% em relação ao saldo do exercício anterior, resultando uma variação negativa da ordem de R\$ 10.927.214 mil.

Tabela 030 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.257.703)	487.856	4.227.827	10.339	46.384	(78.671.469)	170.281	(106.986.486)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	752.761	-	752.761
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	1.298.802	-	-	-	-	1.298.802
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10.682.022	-	10.682.022
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	-	-	-	471.563	-	471.563
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Extinção de Unid. Gestora	1.221	-	-	-	-	4.430	-	3.209
Transf. de saldo de UG's Extintas para a UG 370400	-	-	-	-	-	3.180	-	3.180
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	(69.684)	69.684
Saldos Finais	(33.258.925)	487.856	2.929.025	10.339	46.384	(88.127.918)	100.597	(117.812.641)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conforme demonstrado na DMPL, seguem as explanações referentes às mutações ocorridas no exercício de 2020:

- Os Ajustes de Exercícios Anteriores aumentaram o patrimônio em R\$ 752.761 mil, com valores pouco relevantes em relação ao total da variação do Patrimônio Líquido.
- O resultado do exercício foi o que de fato contribuiu com a redução do patrimônio, com um valor de R\$ 10.682.022 mil;
- Os Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas são referentes às exclusões dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do patrimônio líquido das controladas as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social, conforme evidenciados no item "n" das Principais Práticas Contábeis;
- A participação dos não controladores no Balanço Patrimonial foi atualizada, para o montante de R\$ 100.597 mil, conforme resultado da Equivalência Patrimonial. Sendo apresentado na DMPL 2020/2019 esse valor negativo da variação apurada no exercício no valor de R\$ 69.684 mil.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos (4.31 e 4.32, respectivamente).

A seguir, segue quadro que evidencia a evolução do Patrimônio Líquido, segregado pelos tipos de administração.

Tabela 030.1 - Evolução do Patrimônio Líquido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2018/2019/2020

R\$ Mil

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2019	2020
Administração Direta	(102.593.378)	(106.179.558)	(125.967.246)
Fundos Especiais	(632.709)	682.105	3.349.139
Administração Indireta (sem Regime Previdenciário)	5.943.082	6.634.740	7.236.473
SUBTOTAL	(97.283.006)	(98.862.713)	(115.381.635)
Regime Previdenciário	(3.579.149)	(8.123.774)	(2.431.006)
TOTAL	(100.862.154)	(106.986.486)	(117.812.641)

Fontes: SIAFE-Rio

Os resultados acumulados apresentaram um aumento do saldo deficitário em 8,36%, no qual as maiores variações ocorreram no Resultado de Exercícios Anteriores e no Resultado do Exercício, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Tabela 030.2 – Resultados Acumulados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(88.127.918)	100,00%	(78.671.469)	100,00%	12,02%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(10.682.022)	12,12%	(5.696.627)	7,24%	87,51%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(78.198.656)	88,73%	(72.390.809)	92,02%	8,02%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	752.761	-0,85%	(584.033)	0,74%	-228,89%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.31 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Contadoria Geral do Estado, atual Subsecretaria de Contabilidade Geral, aprovou e divulgou através do Ofício Circular SUBCONT nº 002, de 10 de fevereiro de 2020, modelo de Nota Explicativa para detalhamento das informações.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2019 um saldo negativo de R\$ 584.033 mil.

Tabela 031 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	733.921	100,00%	(635.051)	100,00%	-215,57%
Ajustes de Exercícios Anteriores	586.346	79,89%	(2.339)	0,37%	-25167,01%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	964.352	131,40%	41.743	-6,57%	2210,20%
DEA - Fornecedores e Credores	(149.403)	-20,36%	(128.562)	20,24%	16,21%
Baixa de Consignações	9.271	1,26%	1.226	-0,19%	656,30%
Incorporação de Créditos a Receber	22.433	3,06%	53.486	-8,42%	-58,06%
DEA - Pessoal	(286.427)	-39,03%	(322.629)	50,80%	-11,22%
Ajuste Dívida Ativa Não Tributária	-	0,00%	2.608	-0,41%	-100,00%
Reincorporação de Precatórios Judiciais	(171)	-0,02%	9.739	-1,53%	-101,75%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	161.424	21,99%	7.459	-1,17%	2064,15%
Desincorporação de Créditos a Receber	(47.755)	-6,51%	(62.401)	9,83%	-23,47%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(21.962)	-2,99%	(208.756)	32,87%	-89,48%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	67.922	9,25%	37.935	-5,97%	79,05%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	1.677	0,23%	2.631	-0,41%	-36,25%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(573.786)	-78,18%	(67.189)	10,58%	753,99%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	22.134	15,95%	51.018	100,00%	-56,61%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	3.924	17,73%	1.639	3,21%	239,44%
DEA - Fornecedores e Credores	(262)	-1,19%	291	0,57%	-90,33%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	-	0,00%	(241)	-0,47%	-100,00%
DEA - Pessoal	-	0,00%	34	0,07%	0,00%
DEA - Encargos Sociais	-	0,00%	(1.231)	-2,41%	0,00%
Desincorporação de Créditos a Receber	9.602	43,38%	(1.141)	-2,24%	-841,78%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(512)	-2,31%	(2.893)	-5,67%	17,71%
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(19)	-0,09%	(1.872)	-3,67%	1,01%
Desincorporação de Obrigações	18.603	84,05%	-	0,00%	100,00%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(9.201)	-41,57%	56.431	110,61%	-16,31%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	756.055		(584.033)		-229,45%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A Contabilidade Geral do Estado efetuou no exercício de 2014 o desmembramento das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores em dois grupos distinguindo-os no 4º nível do código da conta contábil, pelos dígitos “1” e “2”, sendo o primeiro para Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos e o segundo para Empresas e Sociedades de Economia Mista.

Abaixo, seguem os comentários sobre os AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES de maior relevância:

4.31.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados

A) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO NÃO PRESCRITO

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 964.352 mil que se referem aos cancelamentos de restos a pagar processado não prescritos. Os saldos positivos de maior representatividade pertencem ao Fundo Estadual de Ambiente no montante de R\$ 546.054 mil e ao Fundo Único de Previdência do Estado no montante de R\$ 321.158 mil.

B) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 586.346 mil e o saldo de maior representatividade pertence à Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado no montante de R\$ 779.984 mil.

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 583.786 mil e os saldos negativos de maior representatividade pertencem ao Fundo Estadual de Ambiente no montante de R\$ 546.062 mil e ao Fundo Único de Previdência do Estado no montante de R\$ 167.114 mil.

4.31.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A) DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 18.603 mil que se referem em sua maioria registrado na Empresa de Obras Públicas do Estado no montante de R\$ 18.400 mil.

B) DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 9.602 mil e o saldo de maior representatividade pertence à Companhia Estadual de Habitação no montante de R\$ 12.530 mil.

4.32 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial de 2020 foi negativo em R\$ 10.682.022 mil, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Tabela 032 – Composição do Resultado Patrimonial

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2020	AV%	2019	AV%	AH%
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.819.498	39,81%	59.908.527	13,94%	-3,49%
Contribuições	3.027.968	2,09%	3.045.536	0,71%	-0,58%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	585.708	0,40%	738.657	0,17%	-20,71%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.318.524	8,48%	15.000.887	3,49%	-17,88%
Transferências e Delegações Recebidas	27.286.798	18,79%	27.311.471	6,36%	-0,09%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.828.074	1,26%	297.288	0,07%	514,92%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	42.356.967	29,17%	323.435.056	75,26%	-86,90%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	145.223.538	100,00%	429.737.423	100,00%	-66,21%
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	21.876.453	14,03%	21.001.311	4,82%	4,17%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.148.204	13,56%	20.961.045	4,81%	0,89%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.463.632	4,79%	8.901.894	2,04%	-16,16%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.643.692	18,37%	21.308.693	4,89%	34,42%
Transferências e Delegações Concedidas	32.199.817	20,65%	32.947.793	7,57%	-2,27%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	14.319.212	9,18%	179.766.116	41,28%	-92,03%
Tributárias	701.058	0,45%	729.706	0,17%	-3,93%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	18.766	0,01%	867	0,00%	2063,27%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.534.727	18,94%	149.816.623	34,41%	-80,29%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	155.905.560	100,00%	435.434.050	100,00%	-64,20%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(10.682.022)		(5.696.627)		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

- **As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 145.223.538 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no total de R\$ 57.819.498 mil, sendo seus valores mais significativos de R\$ 37.864.366 mil referentes à cota parte do Estado - ICMS, R\$ 4.856.186 mil

referentes ao adicional do ICMS – Lei 4.056/ 02 – FECPE, R\$ 3.603.889 mil referentes à cota parte do Estado – Dívida Ativa ICMS Inscrição após 97 e R\$ 3.554.486 mil referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos Trabalho.

- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, totalizando R\$ 12.318.524 mil, sendo que grande parte foi referente às variações cambiais da dívida externa e reversão da atualização monetária de empréstimos.

- Transferências e Delegações Recebidas, no montante de R\$ 27.286.798 mil, sendo R\$ 26.946.174 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 17.872 mil referentes às transferências de instituições privadas.

- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, no montante de R\$ 42.356.967 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às reversões de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – plano financeiro no valor de R\$ 39.866.473 mil. Em relação a 2019, esta rubrica apresentou um decréscimo de 86,90% pois o montante de 2019 foi de R\$ 323.435.056 mil, sendo que quase a totalidade também foi referente às reversões de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – plano financeiro no valor de R\$ 313.448.954 mil.

➤ **As Variações Patrimoniais Diminutivas resultam em R\$ 155.905.560 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 21.876.453 mil, sendo R\$ 17.795.975 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 327.860 mil referentes aos encargos patronais, R\$ 1.818.836 mil referentes aos benefícios a pessoal e R\$ 1.933.783 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.

- Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no montante de R\$ 21.148.204 mil, sendo R\$ 15.814.340 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 4.832.960 mil referentes às pensões, R\$ 52.693 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 448.210 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.

- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no montante de R\$ 28.643.692 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às variações monetárias e cambiais no valor R\$ 27.256.167 mil.
- Transferências e Delegações Concedidas, no montante de R\$ 32.199.817 mil, sendo R\$ 31.896.713 mil referentes às transferências Intergovernamentais e R\$ 2.438 mil referentes às transferências a instituições privadas.
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no montante de R\$ 14.319.212 mil, sendo R\$ 6.992.415 mil referentes à reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas, R\$ 6.606.151 mil referentes à incorporação de passivos, R\$ 1.234.010 mil referentes à desincorporação de ativos, R\$ 17.119 mil referentes às perdas com alienação e R\$ 24.898 mil referentes às perdas involuntárias. Em relação a 2019, esta rubrica apresentou um decréscimo de 92,03% pois o montante de 2019 foi de R\$ 179.766.116 mil, sendo R\$ 172.934.352 mil referentes à reavaliação.
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no montante de R\$ 29.534.727 mil, sendo que grande parte foi referente à constituição de provisões matemáticas previdenciárias – plano financeiro no valor R\$ 23.204.600 mil. Em relação a 2019, esta rubrica apresentou um decréscimo de 80,29% pois o montante de 2019 foi de R\$ 149.816.623 mil, sendo que quase a totalidade foi referente à constituição de provisões no valor R\$ 139.842.560 mil.

Vale ressaltar que a Subsecretaria de Contabilidade Geral vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2020	Conta	Descrição	2020
421120101	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT/CIVIL - RPPS	2.441.044	312120101	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.441.044
421120102	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR - RPPS	2.183	312120102	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL MILITAR	4.190
421129901	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	86.152	312920101	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	86.146
421120103	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	204.926	312120103	CONTRIBUIÇ PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	204.926
433120699	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	426.918	332323701	GESTAO DE SERVIÇOS DE SAUDE	426.918
443920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	313.349	343920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	313.349
451120101	COTA RECEBIDA	30.713.556	351120101	COTA CONCEDIDA	30.713.556
451120201	REPASSE RECEBIDO	12.818.153	351120201	REPASSE CONCEDIDO	12.818.153
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	21.839	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	21.839
451120601	CREDITOS ENVIADOS	388.787	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	388.787
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	144.622	351120701	DEBITOS ENVIADOS	144.622
451220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	48	351220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	48
451220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	477.214	351220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	477.214
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	965.296	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	965.296
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	5.105.984	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	5.105.984
451220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	3.134.147	351220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	3.134.147
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.252.199	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO -INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.252.199
451220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	160.998	351220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	160.998
451220201	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	205.450	351220201	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	205.450
451220204	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	38.150	351220204	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	38.150
451220209	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	11.605	351220209	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	11.605
451220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	20	351220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	20
451220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	52.618	351220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	52.618
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	5.613.048	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	5.613.048
464020104	GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - RPP - INTRA OFSS	25	365020101	CREDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTRA OFSS	25
464020103	OBRIGAÇÕES COM ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	555.357	365020103	CREDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	555.357
TOTAL		65.135.689	TOTAL		65.135.689

Fonte: SIAFE-Rio

4.33 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Foi observada uma disparidade entre Superávit Financeiro obtido através da subtração dos Ativos Financeiros dos Passivos Financeiros contidos no QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES e o Superávit Financeiro apurado QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO, ambos anexos do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 146.853 mil. Tal disparidade é devido às inconsistências não regularizadas na **UG TESOURO (UG 999900)**. Este montante é composto pelo valor de R\$ 3.484 referente à Equação de Inconsistência nº 033 – Valores a Creditar e o valor R\$ 143.369 registrado na conta do ativo 111122005 que possui Identificador de Superávit Financeiro - ISF = “F” e a conta 218924001, que anularia o efeito da conta do ativo “F”, possui ISF = “P” .

Segue abaixo a tabela com a diferença apurada:

Tabela 033 – Superávit / Déficit Financeiro

R\$ Mil

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
Anexo 14.3 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (A)	(2.486.725)
Superávit / Déficit Financeiro (B) = (C - D)	(2.339.872)
Ativos Financeiros (C)	15.698.116
Passivos Financeiros (D)	18.037.988
Diferença (E) = (A - B)	(146.853)

4.34 Ativos e Passivos Contingentes

4.34.1 Passivos Contingentes

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

Em 2020, o Estado apropriou demandas judiciais no montante de R\$ 29.817.528 mil que representam riscos potenciais capazes de afetar as contas do governo. Nesse caso, foram levantadas as ações judiciais na qual o Estado já foi condenado no mérito, mas que ainda terão seus valores apurados e auditados. Em função disso, elas podem vir a gerar despesa em exercícios futuros.

O Estado mantém em sistema próprio de cadastro para acompanhamento de forma mais efetiva os processos judiciais e administrativos, com vistas à realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.

Apresentamos abaixo, tabela com as informações sobre os riscos potenciais para o Estado decorrente das demandas judiciais em andamento, segundo as informações da Procuradoria Geral do Estado, contabilizadas 8.4.1.1.1.01.00 PASSIVOS CONTINGENTES PREVISTOS e que servem de base para a

elaboração do DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, conforme exigido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 034.1 – Passivos Contingentes

R\$ Mil

PASSIVOS CONTINGENTES		
Descrição	2020	AV %
Demandas Judiciais	29.817.528	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

4.34.2 Ativos Contingentes

Sempre que, como resultado de eventos passados, puder existir ativo possível cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou diversos eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade, está-se diante de um ativo contingente.

No Estado do Rio de Janeiro, temos o exemplo dos valores relativos aos direitos sobre as participações governamentais, classificadas em royalties e participações especiais. Estes se enquadram perfeitamente nesta definição de ativo contingente, uma vez que diversos eventos futuros incertos, tais como riscos geológicos, nível de produção, preço do barril e cotação do dólar, não são controlados pela entidade.

Não devem, portanto, os “royalties a receber”, cujos fatos geradores ainda não ocorreram, serem reconhecidos como ativos, sendo imperiosa a divulgação de notas explicativas descrevendo os ativos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como a estimativa de seu efeito financeiro (conforme item 39 da NPC TSP 03)

Em 2020, o saldo de royalties, registrado na conta 7.9.9.1.1.08.01 – RECURSOS DO PETRÓLEO A RECEBER, foi baixado integralmente através da 2020NP01314.

4.35 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial

A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em

honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 035.1 – Quociente da Liquidez Imediata
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Disponibilidade	11.850.573	= 0,18	10.046.914	= 0,15	18%
Passivo Circulante	65.368.646		65.576.873		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O índice de Liquidez Imediata calculado para 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,18 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um acréscimo de 18% da capacidade de pagamento do Estado ocasionado pelo aumento das disponibilidades e uma redução das obrigações de curto prazo.

B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).

Tabela 035.2 – Quociente da Liquidez Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Ativo Circulante	34.041.020	= 0,52	40.743.267	= 0,62	-16%
Passivo Circulante	65.368.646		65.576.873		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O índice da Liquidez Corrente calculado para 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,52 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado não consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

Os Bens e Direitos de curto prazo apresentaram redução em relação ao exercício de 2019, sendo que as obrigações de curto prazo continuou em patamares próximos, perfazendo assim uma variação negativa de 16% da capacidade de pagamento do Estado em 2019.

C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 035.3 – Quociente da Liquidez Seca
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	30.885.373	=	38.172.955	=	
Passivo Circulante	65.368.646	=	65.576.873	=	
					AH %
		0,47		0,58	-19%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O índice de Liquidez Seca calculado para 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,47 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um decréscimo de 19% em relação ao exercício anterior.

D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Tabela 035.4 – Quociente da Liquidez Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	84.182.725	=	87.880.317	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	245.673.452	=	239.200.525	=	
					AH %
		0,34		0,37	-7%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O índice de Liquidez Geral calculado para 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,34 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se

encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.

Pode-se observar que ocorreu uma diminuição de 7% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, pelo decréscimo do Ativo e acréscimo do Passivo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Tabela 035.5 – Índice de Solvência
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	127.860.811	=	132.214.039	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	245.673.452		239.200.525		
		0,52		0,55	-6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O índice de Solvência calculado em 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,52 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um decréscimo de 6% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada pelo aumento do passivo total e redução do ativo total.

F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.

Tabela 035.6 – Quociente de Endividamento Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	245.673.452	=	239.200.525	=	
Ativo Total	127.860.811		132.214.039		
		1,92		1,81	6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Endividamento Geral calculado para 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,92 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um aumento de 6% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior.

G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.

Tabela 035.7 – Quociente de Composição do Endividamento
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
Passivo Circulante	65.368.646	=	65.576.873	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	245.673.452	=	239.200.525	=	
					AH %
		0,27		0,27	-3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Composição do Endividamento calculado em 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,27 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu uma redução de 3% de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais

A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

Tabela 036 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		AH %
	Valor	Índice	Valor	Índice	
Variações Patrimoniais Aumentativas	145.223.538	= 0,93	429.737.423	= 0,99	
Variações Patrimoniais Diminutivas	155.905.560		435.434.050		-6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal(2020/2019)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado em 2020 apresentou um índice de 0,93, demonstrando que não houve um equilíbrio.

Em relação ao exercício anterior ocorreu uma redução de 6% nesse quociente.

4.37 Resultado Orçamentário

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2020.

Tabela 037.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário
Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2020

R\$ Mil

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	6.040.339	5.760.640	4.676.406
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	4.066.464	4.066.464	2.792.922
Contribuições Sociais	4.066.464	4.066.464	2.792.922
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	13.507	13.507	12.063
Imobiliária	13.507	13.507	12.063
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	614.361	614.361	550.693
Serviços	614.361	614.361	550.693
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.613	65.613	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	65.613	65.613	-
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.280.395	1.000.695	1.320.727
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	16
Indenizações e Restituições	1.224.402	944.702	1.235.809
Receitas Diversas	55.993	55.993	84.902
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	107	138
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	107	138
Amortização de Empréstimos	-	107	138
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	-	-	-
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-
Total	6.040.339	5.760.747	4.676.544

Fonte: SIAFE-Rio

Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2020:

Tabela 037.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2020

R\$ Mil

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	6.040.098	5.992.548	4.628.802	4.610.026	4.313.632
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.098.276	3.524.954	2.809.651	2.797.124	2.549.005
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.941.822	2.467.594	1.819.150	1.812.903	1.764.627
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	241	241	138	138	138
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	241	241	138	138	138
Total	6.040.339	5.992.790	4.628.940	4.610.164	4.313.770

Fonte: SIAFE-Rio

A partir do exercício de 2015, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, iniciou-se o registro das restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições de receita tributária entre os entes da Federação em contas “reduzoras de receita”, ou seja, os valores apresentados no Balanço Orçamentário já se encontram líquidos destas deduções.

No exercício de 2020 o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 2.624.145 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias do exercício de 2020 e 2019, estão apresentadas na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados no Volume 1 que compõe esta prestação de contas.

Tabela 037.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	68.144.315	100,00%	68.230.626	100,00%	-0,13%
Receita Arrecadada	67.149.719	98,54%	69.639.135	102,06%	-3,57%
Déficit/Superávit na Arrecadação	(994.595)	-1,46%	1.408.509	2,06%	-170,61%
Dotação Inicial	83.329.211	100,00%	80.373.869	100,00%	3,68%
(+) Créditos Adicionais	28.830.360	34,60%	28.345.545	35,27%	1,71%
(-) Dotação Cancelada	(22.489.531)	26,99%	(22.017.819)	27,39%	2,14%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Dotação Atualizada	89.670.039	107,61%	86.701.595	107,87%	3,42%
Despesa Realizada	64.525.575	71,96%	66.951.046	77,22%	-3,62%
Economia Orçamentária	25.144.465	28,04%	19.750.549	22,78%	27,31%
Resultado Orçamentário	2020		2019		AH %
Déficit/Superávit Orçamentário	2.624.145		2.688.089		-2,38%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou inferior em 1,46% em relação ao previsto para o exercício de 2020, ocorrendo insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 994.595 mil.

Além disso, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 25.144.465 mil correspondentes a um percentual de 28,04%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 28.830.360 mil, que representaram 34,60% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 26,99% da dotação inicial.

Dentro do montante dos créditos adicionais, tivemos o valor de R\$ 2.701.217 mil referente à abertura de créditos adicionais por Superávit Financeiro.

4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.

Tabela 038.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		RS Mil	AH %
Previsão Inicial da Receita	72.603.819	=	72.371.274	=		
Dotação Inicial da Despesa	83.329.211	=	80.373.869	=	0,90	-3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu um desequilíbrio orçamentário no exercício de 2020, tendo em vista que para cada R\$ 1,00 de Dotação Inicial da Despesa, o Estado teve uma Previsão Inicial da Receita de R\$ 0,87.

B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Tabela 038.2 – Quociente de Execução da Receita
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		RS Mil	AH %
Receita Realizada	67.149.719	=	69.639.135	=		
Previsão Atualizada da Receita	68.144.315	=	68.230.626	=	1,02	-3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2020 demonstra que houve insuficiência na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 0,99.

C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

Tabela 038.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		RS Mil
Receita Realizada	67.149.719	=	69.639.135	=	
Previsão Inicial da Receita	72.603.819		72.371.274		
		0,92		0,96	AH % -4%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2020 demonstra que houve insuficiência na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 0,92.

D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 038.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		RS Mil
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	3.607.254	=	4.194.269	=	
Déficit/Superávit na Arrecadação	(994.595)	(3,63)	1.408.509	2,98	AH % -222%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2020 apresenta saldo negativo, ocasionado pela insuficiência de arrecadação.

E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos no exercício por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 038.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	3.607.254	=	2.101.016	=	493%
Superávit Financeiro	(2.486.725)	(1,45)	(8.582.037)	(0,24)	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2020 demonstra que o Estado não teve Superávit Financeiro positivo apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Tabela 038.6 – Quociente de Execução da Despesa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil AH %
Despesa Executada	64.525.575	=	66.951.046	=	-7%
Dotação Atualizada da Despesa	89.670.039	0,72	86.701.595	0,77	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2020 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 25.144.465 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.

Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,72 de Despesa Executada.

G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

Tabela 038.7 – Quociente do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	67.149.719	=	69.639.135	=	
Despesa Empenhada	64.525.575	=	66.951.046	=	0%
					1,04

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

No exercício de 2020, o Estado apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 2.624.145 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário demonstra esse superávit, visto que foi empenhado apenas 96% da receita realizada.

H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Tabela 038.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada Corrente	66.967.585	=	68.913.075	=	
Despesa Empenhada Corrente	63.014.223	=	64.870.270	=	0%
					1,06

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 1,06 de Receita corrente, apresentando um superávit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente suportou as despesas correntes.

I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Tabela 038.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil AH %
Receita Realizada	67.149.719	=	69.639.135	=	
Despesa Paga	60.902.069	=	62.523.250	=	-1%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal(2020/2019)

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2020 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,10 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

4.39 Resultado da Execução Financeira

O resultado da execução financeira no exercício de 2020 foi positivo em R\$ 2.618.533 mil, que somado ao saldo de caixa do exercício anterior, corresponde ao saldo de caixa para o próximo exercício, conforme verificado na tabela a seguir.

Tabela 039 – Resultado da Execução Financeira
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	R\$ Mil AH %
1 - Saldo em Espécie do Exercício Anterior	12.948.606	8.281.472	56,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.046.914	7.225.685	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.061.703	1.055.787	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.839.989	-	
2 - Receitas	246.182.247	219.297.066	12,26
2.1 - Receitas Orçamentárias	67.149.719	69.639.135	-3,57%
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-	-	0,00%
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	179.032.527	149.657.930	19,63%
3 - Despesas	243.563.714	214.629.932	13,48
3.1 - Despesas Orçamentárias	64.525.575	66.951.046	-3,62%
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-	-	0,00%
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	179.038.139	147.678.886	21,23%
4 - Resultado da Execução Financeira	2.618.533	4.667.134	(43,89)
5 - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	15.567.138	12.948.605	20,22

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal(2019/2018)

Para fins de consolidação do Balanço Financeiro, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 57.184.531 mil em 2020, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 8ª edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções. A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2020 e 2019:

Tabela 039.1 – Deduções da Receita Orçamentária

Fonte / Fonte	2020			2019		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A - B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D - E)
ORDINÁRIA	59.436.923	(18.762.668)	40.674.256	56.158.822	(18.160.094)	37.998.728
089 - GRE SEFAZ	386	-	386	-	-	-
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	46.714.792	(17.341.888)	29.372.904	45.000.630	(16.725.772)	28.274.858
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	845.070	(61.807)	783.263	1.174.630	(71.564)	1.103.066
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	407.487	(163.118)	244.369	372.274	(148.931)	223.344
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	2.553.926	(729.589)	1.824.336	2.569.764	(701.516)	1.868.247
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	2.068.934	-	2.068.934	960.083	-	960.083
120 - Ressarcimento de Pessoal	88.637	-	88.637	103.107	-	103.107
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	13.835	(52)	13.782	23.982	(27)	23.955
196 - Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	2.008.224	-	2.008.224	-	-	-
224 - Transferências Legais Recebidas da União	190.919	-	190.919	147.528	-	147.528
230 - Recursos Próprios	2.106.855	(267)	2.106.588	2.812.366	(550)	2.811.816
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.437.860	(465.946)	1.971.914	2.994.458	(511.735)	2.482.723
VINCULADA	37.570.923	(11.095.459)	26.475.464	43.653.785	(12.013.377)	31.640.407
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	-	-	-	9	-	9
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	531.313	-	531.313	545.242	-	545.242
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	11.644.889	(10.955.631)	689.258	13.471.272	(12.003.248)	1.468.023
105 - Salário Educação	392.577	-	392.577	331.997	-	331.997
111 - Operações de Crédito	335	-	335	61.661	-	61.661
122 - Adicional do IOMS - FECF	3.440.770	(522)	3.440.248	4.051.756	(164)	4.051.592
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	32.476	(8.065)	24.411	39.455	(9.715)	29.740
133 - Alienação de Bens	-	-	-	214	-	214
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	-	-	-	1.153.204	-	1.153.204
195 - Operações Oficiais de Fomento	2.280	-	2.280	3.632	-	3.632
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	411.024	-	411.024	-	-	-
211 - Operações de Crédito	0	-	0	-	-	-
212 - Transferências Voluntárias	126.237	(154)	126.083	112.401	(250)	112.150
214 - Transferências do PAC	8.590	-	8.590	20.544	-	20.544
215 - Transferências do FUNDEB	2.860.133	-	2.860.133	2.751.459	-	2.751.459
218 - Transferências Intraorçamentárias	49.055	-	49.055	92.187	-	92.187
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	428.323	-	428.323	443.606	-	443.606
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	1.221.260	-	1.221.260	785.188	-	785.188
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	106.494	-	106.494	-	-	-
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	15.089.420	(131.087)	14.958.333	19.195.111	-	19.195.111
233 - Alienação de Bens	24	-	24	415	-	415
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	450.244	-	450.244	475.444	-	475.444
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	607.886	-	607.886	-	-	-
297 - Conservação Ambiental	167.594	-	167.594	118.990	-	118.990
999 - A definir	-	-	-	-	-	-
TOTAL	97.007.847	(29.858.127)	67.149.719	99.812.607	(30.173.471)	69.639.135

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras (Disponibilidade Bruta) por fonte de recursos que compõem o grupo “8.9.9.3.1.01.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE”. O total desta conta não está refletindo corretamente os Caixas e Equivalentes de Caixa, registrados nas contas de ativo, devido às inconsistências de Validações Contábeis (LISCONTIR) não regularizadas no exercício, conforme mencionado no item 4.33.

Tabela 039.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS	2020	2019	AH %
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	481.627	433.379	11,13%
Fonte 085 – Fonte Genérica	57.220	61.301	-6,66%
Fonte 089 - GRE SEFAZ	335	-	100,00%
Fonte 100 – Ordinários Provenientes de Impostos	(2.163.695)	(3.191.813)	-32,21%
Fonte 101 – Ordinários Não Provenientes de Impostos	(3.975.705)	(4.216.610)	-5,71%
Fonte 102 – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	154.717	125.515	23,27%
Fonte 103 – Royalties p/ Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	257.262	119.192	115,84%
Fonte 104 – Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	1.976.112	1.722.367	14,73%
Fonte 105 – Salário Educação	474.037	226.742	109,06%
Fonte 107 – Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.007.036	1.007.402	-0,04%
Fonte 108 – Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	194.848	246.514	-20,96%
Fonte 111 – Operações de Créditos	1.906.590	1.828.330	4,28%
Fonte 120 – Ressarcimento de Pessoal	314.731	320.607	-1,83%
Fonte 122 – Adicional do ICMS - FECP	6.357.922	6.593.732	-3,58%
Fonte 126 – Contribuição Intervenção Domínio Econômico - CIDE	861	4.071	-78,86%
Fonte 132 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	48.241	34.462	39,98%
Fonte 133 – Alienação de Bens	(1.927.684)	(1.927.684)	0,00%
Fonte 188 – Repasses Constitucionais aos Municípios	225.317	16.139	1296,10%
Fonte 189 – Ingressos a Classificar	0	0	0,00%
Fonte 190 - Depósitos Judiciais Tributários	201.497	201.497	0,00%
Fonte 191 – Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	363.228	0,00%
Fonte 192 – Transferência Proveniente de Auxílio Financeiro	24.592	24.592	0,00%
Fonte 193 – Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.587	1.141.831	-98,11%
Fonte 195 – Operações Oficiais de Fomento	12.879	13.101	-1,69%
Fonte 196 – Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-	9.092	-	100,00%
Fonte 198 – Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	14.477	-	100,00%
Fonte 211 – Operações de Crédito	0	-	100,00%
Fonte 212 – Transferências Voluntárias	170.850	217.734	-21,53%
Fonte 214 – Transferências do PAC	64.743	58.701	10,29%
Fonte 215 – Transferências do FUNDEB	360.179	301.512	19,46%
Fonte 218 – Transferências Intraorçamentárias	94.719	127.487	-25,70%
Fonte 223 – Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	49.108	9.833	399,42%
Fonte 224 – Transferências Legais Recebidas da União	301.893	203.401	48,42%
Fonte 225 – Sistema Único de Saúde - SUS	664.910	413.263	60,89%
Fonte 227 – Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	26.250	-	100,00%
Fonte 230 – Recursos Próprios	3.695.617	3.293.517	12,21%
Fonte 231 – Recursos Próprios do Rioprevidência	1.056.060	1.134.107	-6,88%
Fonte 232 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.635.606	1.527.449	7,08%
Fonte 233 – Alienação de Bens	31.532	31.508	0,08%
Fonte 234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	913.521	470.893	94,00%
Fonte 237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	77.959	-	100,00%
Fonte 297 – Conservação Ambiental	370.491	209.406	76,92%
Total das Disponibilidades por Fonte	15.550.562	13.146.705	18,28%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

4.40 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:

Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	R\$ Mil
Resultado Orçamentário	2.624.145		2.688.089
Varição do Saldo em Espécie	2.618.533		4.667.134
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	15.567.138		12.948.605
Saldo do Exercício anterior	12.948.606		8.281.472

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Varição do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

Tabela 040.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	AH %	R\$ Mil
Resultado Orçamentário	$\frac{2.624.145}{2.618.533} = 1,00$	$\frac{2.688.089}{4.667.134} = 0,58$	74%	
Varição do Saldo em Espécie				

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Tabela 040.1.1 – Variação do Saldo em Espécie

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020	AV %	2019	AV%	AH%
VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE	2.618.533	100,00%	4.667.134	100,00%	-43,89%
Resultado Orçamentário	2.624.145	100,21%	2.688.089	57,60%	-2,38%
Resultado das Transferências	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Resultado Extraorçamentário	(5.612)	-0,21%	1.979.045	42,40%	-100,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A variação positiva do Saldo em Espécie obteve influência positiva do Resultado Orçamentário no montante de R\$ 2.624.145 mil.

O Resultado das Transferências permaneceu zerado nos dois exercícios, por se tratar de transferências INTRA-OFSS, cujos saldos foram excluídos dos demonstrativos consolidados.

Já o Resultado Extraorçamentário contribuiu negativamente para a variação do saldo em espécie, sendo seus valores de pagamentos menores que seus recebimentos.

B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Tabela 040.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2020		2019		AH %
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	15.567.138	=	12.948.605	=	
Saldo do Exercício Anterior	12.948.606		8.281.472		-23%
					1,20
					1,56

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2020 foi de 1,20, demonstrando que ocorreu superávit financeiro. Verifica-se um decréscimo de 23% em relação ao exercício anterior, tendo em vista que a variação positiva do saldo em 2020 foi menor que a variação positiva de 2019.

Pode-se observar a diferença apurada entre o saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante positivo de R\$ 2.618.533 mil, indicando que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos.

4.41 Resultado dos Fluxos de Caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2020 foi positivo no montante de R\$ 1.803.659 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 041 – Resumo do Fluxo de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2020/2019

R\$ Mil		
Geração Líquida de Caixa	2020	2019
CAIXA INICIAL	10.046.914	7.225.685
Varição de Caixa	1.803.659	2.821.229
CAIXA FINAL	11.850.573	10.046.914

Fontes: SIAFE-Rio

Para fins de consolidação da DFC, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no montante de R\$ 57.184.531 mil em 2020, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

As Transferências Recebidas e Concedidas (Quadro 2FC) não mantêm total paridade entre seus montantes, tendo em vista são consideradas naturezas de despesas na linha Intragovernamentais das Transferências Concedidas, conforme o IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 041.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2020/2019

R\$ Mil

FLUXOS	2020			2019		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	185.218.757	182.214.439	3.004.318	154.604.005	150.610.244	3.993.761
Investimentos	114.314	864.374	(750.060)	400.949	1.102.064	(701.115)
Financiamentos	140	(450.599)	(450.599)	325.111	796.528	(471.416)
Total	185.333.211	182.628.214	1.803.659	155.330.065	152.508.836	2.821.230

Fontes: SIAFE-Rio

- **Fluxo Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$ 3.004.318 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.

Os ingressos financeiros do fluxo operacional somam R\$ 185.218.757 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes aos outros ingressos operacionais no montante de R\$118.183.492 mil e às receitas tributárias, no montante de R\$ 36.565.487 mil.

Já os desembolsos do fluxo operacional somam R\$ 182.214.439 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes aos outros desembolsos operacionais no montante de R\$ 118.328.818 mil e à pessoal e demais despesas, no montante de R\$ 55.883.788 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos**

O fluxo líquido das atividades de investimento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 750.060 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$ 114.314 mil, sendo sua totalidade referente à amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Já os desembolsos do fluxo de investimentos somam R\$ 864.374 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à aquisição de ativo não circulante, no montante de R\$ 711.960 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos**

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 450.599 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de financiamentos somam R\$ 140 mil, sendo seu valor referente à

operações de créditos. Já os desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 450.739 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização/ refinanciamento da dívida, no total de R\$ 326.800 mil.

4.42 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:

Tabela 042 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	R\$ Mil
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.004.318	3.993.761	
Resultado Patrimonial	(10.682.022)	(5.696.627)	
Total do Passivo	245.673.452	239.200.525	
Total da Geração Líquida de Caixa	1.803.659	2.821.230	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 042.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	AH %	R\$ Mil
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.004.318	3.993.761		
Resultado Patrimonial	(10.682.022)	(5.696.627)		
	= (0,28)	= (0,70)	-60%	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Verifica-se que o Estado apresentou um aumento no fluxo de caixa operacional e apresentou um Resultado Patrimonial deficitário. Desta forma, verifica-se que o Caixa Líquido gerado nas Operações Patrimoniais não foi acompanhado pelo Resultado Patrimonial.

O ideal é que este quociente esteja próximo de 1, ou seja, quanto menor for a dispersão, melhor será a qualidade do resultado.

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

Tabela 042.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.004.318	=	3.993.761	=	
Total do Passivo	245.673.452		239.200.525		-27%
		0,01		0,02	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2020 foi 0,01, demonstrando que o Estado não gerou recursos suficientes para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Tabela 042.3 – Quociente da Atividade Operacional
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		R\$ Mil
					AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.004.318	=	3.993.761	=	
Total da Geração Líquida de Caixa	1.803.659		2.821.230		18%
		1,67		1,42	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2020/2019)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2020 demonstra que o caixa líquido gerado nas operações contribuiu positivamente para o total da geração líquida de caixa.

05 – Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6830, de 22 de Setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de Dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de Dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos

DECRETO Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de Fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de Outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de Outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de Maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de Agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de Fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de Dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de Novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de Janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 47.341, de 03 de novembro de 2020 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.931, de 07 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2019, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de Agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 438, de 12 de Julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 634, de 19 de Novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 548, de 24 de Setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 06, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA STN/SPREV Nº 07, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 877, de 18 de Dezembro de 2018 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 179, de 27 de Março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de Dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 001, de 28 de Maio de 2018 – Define a data de início da operação exclusiva do Sistema Informatizado de Gestão de Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro – SBM RJ, para os bens móveis adquiridos, pelos órgãos e entidades que menciona.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 002, de 20 de Julho de 2018 – Altera a Portaria Conjunta CGE-SUBGEST Nº 001 de 28 de maio de 2018.

PORTARIA SUBCONT Nº 008 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020 - Aprova as Inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2019.

PORTARIA SUBCONT Nº 006 DE 12 DE JUNHO DE 2019 - Normatiza as Atribuições sobre o Fluxo no Processo de Liquidação da Despesa.

PORTARIA SUBCONT Nº 004 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018 - Disciplina os Procedimentos Relativos ao Sistema Extrator de Informações do Siafe-Rio denominado Flexvision e a Criação de Gestores de Flexvision nos Órgãos e Entidades, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT Nº 003 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Dispõe Acerca das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta Estadual e dos Fundos no Âmbito do Poder Executivo.

PORTARIA SUBCONT Nº 001 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Determina a Obrigatoriedade de Emissão da Declaração Anual do Contador, e dá Outras Providências.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 23/09/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 21/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 21/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 21/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 25/11/2016 – Estoques.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 25/11/2016 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 06 de 22/09/2017 – Propriedade para Investimentos.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 07 de 22/09/2017 – Ativo Imobilizado.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 08 de 22/09/2017 – Ativo Intangível.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 09 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 10 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 11 de 18/10/2018 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 12 de 18/10/2018 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 13 de 18/10/2018 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 17 de 18/10/2018 – Demonstrações Contábeis Consolidadas.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 18 de 18/10/2018 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922/2010, de 25/11/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESOLUÇÃO SEFAZ nº 366, de 21 de Dezembro de 2018 - Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2019.

Instruções

Instrução CVM nº 247, de 27 de Março de 1996 - Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos

IPC 11 – Contabilização de Retenções

IPC 12 – Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis

IPC 13 - Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

IPC 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

IPC16 - Benefícios Fiscais IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria

OFICIO CIRCULAR SUBCONT nº 002 Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2020 que estabelece novas orientações quanto à emissão de Notas Explicativas de Ajustes de Exercícios Anteriores de forma DIGITALIZADA e que irão compor a Prestação de Contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro (Contas de Gestão).

06 – Considerações Finais

Apresentando a Prestação de Contas de Governo do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2020, e cumprindo atribuição privativa desta Subsecretaria de Contabilidade Geral - SUBCONT, chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, com base nas informações prestadas pelos órgãos e entidades do Estado, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa por parte de vários setores de nossa sociedade.

Enaltecemos a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Subsecretaria de Contabilidade Geral o qual facilita nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição e, para tanto, realizamos regularmente treinamentos específicos para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitam a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta jornada, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Guilherme Mercês, assim como seus subsecretários, pelo apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2021.

STEPHANIE GUIMARÃES DA SILVA
Subsecretária de Contabilidade Geral do Estado

07 – Lista de Tabelas

LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa	44
Tabela 001.1 – Bancos.....	45
Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.....	46
Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo	46
Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio	52
Tabela 003.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53
Tabela 003.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.....	54
Tabela 003.3.1 – Créditos Intragovernamentais	57
Tabela 005 – Estoques.....	59
Tabela 006 – VPD Pagas Antecipadamente.....	60
Tabela 007 – Créditos a Longo Prazo	61
Tabela 007.1 – Dívida Ativa.....	62
Tabela 007.2 – Dívida Ativa Tributária LP	63
Tabela 008 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	64
Tabela 008.1 – Direitos sobre Concessões	65
Tabela 008.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo.....	66
Tabela 009 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.....	67
Tabela 010 – Estoques.....	68
Tabela 011 – Investimentos.....	68
Tabela 011.1 – Participações Societárias.....	69
Tabela 011.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial	70
Tabela 011.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento	70
Tabela 011.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos	71
Tabela 011.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos.....	72
Tabela 011.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária.....	73
Tabela 011.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos	73
Tabela 011.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores.....	73
Tabela 011.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores	74
Tabela 011.7 – Demais Investimentos Permanentes.....	75
Tabela 012 – Imobilizado	76
Tabela 012.1 – Bens Imóveis	78
Tabela 012.1.1 – Bens de Uso Especial.....	79
Tabela 012.1.2 – Bens Imóveis em Andamento	79
Tabela 012.1.3 – Demais Bens Imóveis	80
Tabela 013 – Intangível.....	81
Tabela 014 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	82
Tabela 014.1 – Pessoal a Pagar	82
Tabela 014.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar	83
Tabela 014.3 – Encargos Sociais a Pagar.....	83
Tabela 015 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	84

Tabela 016 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	85
Tabela 017 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	86
Tabela 018 – Obrigações de Repartições a Outros Entes	87
Tabela 019 – Provisões a Curto Prazo	87
Tabela 020 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	88
Tabela 020.1 – Valores Restituíveis	88
Tabela 020.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo	89
Tabela 021 – Demonstrativo da Dívida Flutuante	92
Tabela 022.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração.....	94
Tabela 022.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração.....	95
Tabela 022.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo	96
Tabela 023 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP.....	97
Tabela 024 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	98
Tabela 025 – Fornecedores a Longo Prazo.....	99
Tabela 026 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	100
Tabela 027 – Provisões a Longo Prazo	101
Tabela 028 – Demais Obrigações a Longo Prazo	101
Tabela 028.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo	103
Tabela 029 – Resultado Diferido	103
Tabela 030 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	105
Tabela 030.1 - Evolução do Patrimônio Líquido	106
Tabela 030.2 – Resultados Acumulados	106
Tabela 031 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	107
Tabela 032 – Composição do Resultado Patrimonial	109
Tabela 033 – Superávit / Déficit Financeiro	113
Tabela 034.1 – Passivos Contingentes	114
Tabela 035.1 – Quociente da Liquidez Imediata.....	115
Tabela 035.2 – Quociente da Liquidez Corrente.....	115
Tabela 035.3 – Quociente da Liquidez Seca	116
Tabela 035.4 – Quociente da Liquidez Geral.....	116
Tabela 035.5 – Índice de Solvência.....	117
Tabela 035.6 – Quociente de Endividamento Geral	117
Tabela 035.7 – Quociente de Composição do Endividamento.....	118
Tabela 036 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.....	119
Tabela 037.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário	120
Tabela 037.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário	121
Tabela 037.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário.....	122
Tabela 038.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário	123
Tabela 038.2 – Quociente de Execução da Receita	123
Tabela 038.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação.....	124
Tabela 038.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	124
Tabela 038.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	125
Tabela 038.6 – Quociente de Execução da Despesa	125
Tabela 038.7 – Quociente do Resultado Orçamentário	126
Tabela 038.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente	126
Tabela 038.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária.....	127
Tabela 039 – Resultado da Execução Financeira.....	127
Tabela 039.1 – Deduções da Receita Orçamentária	128
Tabela 039.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos.....	130
Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros	131
Tabela 040.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro.....	131

Tabela 040.1.1 – Variação do Saldo em Espécie	132
Tabela 040.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	132
Tabela 041 – Resumo do Fluxo de Caixa	133
Tabela 041.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto.....	134
Tabela 042 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	135
Tabela 042.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	135
Tabela 042.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	136
Tabela 042.3 – Quociente da Atividade Operacional	136

8 – Lista de Siglas e Abreviaturas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA

FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES
FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS

TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS